

Universidade Federal de Pernambuco
Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais



Turismo no Espaço Rural da Microrregião de Garanhuns-PE: potencialidades e vulnerabilidades

Cláudia Regina Santana de Albuquerque

Recife, 2002

Universidade Federal de Pernambuco
Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais



**Turismo no Espaço Rural
da Microrregião de Garanhuns-PE:
potencialidades e vulnerabilidades**

Cláudia Regina Santana de Albuquerque

Orientação: Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto

Co-orientação: Prof^a Dr^a Maria do Carmo Martins Sobral

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais

Recife, 2002

Universidade Federal de Pernambuco
Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais

Turismo no Espaço Rural da Microrregião de Garanhuns-PE: potencialidades e vulnerabilidades

Cláudia Regina Santana de Albuquerque

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 08 de novembro de 2002.

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto, orientador – UFPE

Prof^a Doutora Maria do Carmo Martins Sobral, co-orientadora – UFPE

Prof^a Doutora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, examinadora externa – UFPE

Prof^a Doutora Edvânia Torres Aguiar Gomes, examinadora interna – UFPE

Dedico este trabalho
a minha mãe Luzinete
e a meu filho Igor.

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho e, especialmente, àqueles com quem tive uma maior convivência no decorrer do curso de Mestrado:

- A Deus, principalmente nos momentos árdusos, abençoando e iluminando minha vida;
- A minha família, em especial minha irmã Rosário, pela presença constante nos momentos difíceis.
- Ao Prof. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto, pela orientação objetiva e consistente, de fundamental importância na elaboração deste estudo e pelo voto de confiança em mim depositado, minha sincera gratidão;
- À Prof^a Maria do Carmo Martins Sobral, pela valiosa contribuição como co-orientadora e pela amizade, que tem sido muito gratificante.
- A todo o corpo docente do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, pela sólida formação, pelo alto nível das abordagens dos mais variados temas que muito contribuíram para o enriquecimento da minha experiência pessoal e profissional, em especial às Prof^{as} Tânia Bacelar de Araújo e Edvânia Torres Aguiar Gomes, presenças marcantes em minhas lembranças.
- Aos colegas do Mestrado, pela troca de experiências, incentivo, amizade e convivência prazerosa, em especial àquelas cuja amizade extrapolou o âmbito da Universidade: Ana Paula (Popy), Márcia Cristina, Rita de Cássia e Valéria Galindo;
- A Rosana Machado e Rosana Pedrosa, pela amizade sincera;
- Às Prefeituras dos municípios de Bom Conselho, Brejão, Garanhuns, Saloá e São João, pela disponibilidade e atenção durante os contatos para coleta de informações;
- Aos proprietários das fazendas Brejo, Cleide Iara Andrade da Silva; Colônia da Serra, Sandra e José Leite; Olho d'Água, Alessandro Barbosa; e Sambaíba, Maria América Regehr, pela gentileza de permitir o estudo e pesquisa em suas

propriedades e pela simpatia e atenção dispensadas, sempre dispostos a colaborar;

- Aos funcionários dos órgãos FIDEM, IBGE, SUDENE e CONDEPE, parabeno pela gentileza e atenção no atendimento;
- Às equipes das Faculdades APESU – Associação Pernambucana de Ensino Superior e FACOTUR – Faculdade de Comunicação e Turismo, aqui representadas pelo Prof. Caio Reis, agradeço o apoio e incentivo;
- Aos professores e colegas do Departamento de Ciências Administrativas, em especial aos professores Wilson Magela, José Rodrigues Filho e Walter Moraes, que além de chefes foram grandes incentivadores, apoiando-me nas mais variadas situações.
- A Francisco Almeida, Graça Peres e Maria Alice, pelas palavras de estímulo e por compartilhar os meus sonhos e dificuldades em diversos momentos de minha trajetória, e a Irani Vitorino, que, além de compartilhar sonhos e dificuldades, muito me ajudou a concluir esta etapa;
- À equipe administrativa da Secretaria do Mestrado, Solange, Anabelle e Mônica, agradeço a atenção e o apoio;
- A André Luís e a Ludwig, pelo apoio logístico;
- A Nilda, pela colaboração nos momentos em que estive ausente para dedicar-me às atividades do Mestrado;

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar a viabilidade de o turismo tornar-se vetor de desenvolvimento local na Microrregião de Garanhuns, a qual apresenta cinco municípios com potencialidade turística: Bom Conselho, Brejão, Garanhuns, Saloá e São João. Para isso, buscou-se identificar entraves que dificultam a consolidação dessa atividade nas áreas com potencialidade agroecoturísticas, sugerindo alternativas de ações que possam solucionar os problemas de gestão e tornar o turismo viável e sustentável na área em estudo. O trabalho foi dividido em pesquisas bibliográfica e documental em órgãos da esfera municipal, estadual e federal e pesquisa de campo, com a finalidade de realizar visitas às fazendas para observação in loco e entrevistas com os proprietários, aplicação de questionário com os usuários dos serviços turísticos e entrevista com representantes das prefeituras dos referidos municípios. Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa e algumas ações sugeridas nas considerações finais possam vir a contribuir para o processo de desenvolvimento local dos municípios, cujas ações nas atividades turísticas precisam conciliar competitividade e sustentabilidade.

Abstract

This study objective was to verify the tourism viability of becoming a vector of local development in the five tourist potentiality cities, Bom Conselho, Brejão, Garanhuns, Saloá and São João, located in the micro region of Garanhuns. The study development was directed to identify issues that could difficult the implementation of the tourism activities in the potencial areas. It suggests alternative actions that could solve some management problems looking for sustainable viability ecotourism. The methodology used for developing this study was divided in bibliographical and documental researches in the municipal, state and federal sphere, and country research visiting the local farms and interviews with the proprietors, users of the tourist services questionnaire application, as well as interview with representatives of the city halls of those related cities. It expects that the research results and the final considerations suggestions can contribute with the process of local development of the municipal districts, whose actions in the tourism activities need to conciliate competitiveness and sustainability.

Lista de fotos

- | | |
|---------|---|
| Foto 1 | Chalés da Fazenda Sambaíba |
| Foto 2 | Refeitório da Fazenda Sambaíba |
| Foto 3 | Refeitório da Fazenda Sambaíba |
| Foto 4 | Passeio de charrete na Fazenda Sambaíba |
| Foto 5 | Observação do pouso das garças |
| Foto 6 | Trilha para caminhada |
| Foto 7 | Plantação de mudas na mata |
| Foto 8 | Quartos da Fazenda Olho d'Água |
| Foto 9 | Redário |
| Foto 10 | Bica da Fazenda Olho d'Água |
| Foto 11 | Cafezal |
| Foto 12 | Viveiro de café |
| Foto 13 | Placa da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 14 | Placa da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 15 | Bica da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 16 | Área de lazer para crianças da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 17 | Sala da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 18 | Jardim de inverno da Fazenda Colônia da Serra |
| Foto 19 | Dormitórios da Fazenda Brejo |
| Foto 20 | Sala para reuniões da Fazenda Brejo |
| Foto 21 | Restaurante da Fazenda Brejo |
| Foto 22 | Estufa da Fazenda Brejo |

- Foto 23 Piscina da Fazenda Brejo
- Foto 24 Passeios a cavalo
- Foto 25 Hóspede tirando leite da vaca
- Foto 26 Fazenda Brejo em 1998
- Foto 27 Fazenda Brejo em 2002

Lista de gráficos

- Gráfico 1 Motivos que o fizeram retornar
- Gráfico 2 Fundamental para voltar
- Gráfico 3 Motivos para não retornar mais
- Gráfico 4 O que mais agrada no espaço rural
- Gráfico 5 Serviços turísticos

Lista de figuras

- Figura 1 Dificuldades na administração de recursos humanos
- Figura 2 Contribuições do turismo rural
- Figura 3 Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
- Figura 4 Visão Estratégica de Pernambuco
- Figura 5 Propostas prioritárias para as RDs
- Figura 6 Princípios fundamentais do TR
- Figura 7 Mesorregião do Agreste Pernambucano
- Figura 8 Bacias hidrográficas da Microrregião de Garanhuns

Lista de quadros demonstrativos

- Quadro 1 Exemplos de iniciativas de turismo no meio rural no Brasil
- Quadro 2 Exemplos de iniciativas ao turismo no meio rural na Europa
- Quadro 3 Instrumentos de gestão urbana dos municípios
- Quadro 4 Instrumentos de planejamento municipal
- Quadro 5 Consórcios intermunicipais

Lista de tabelas

Tabela 1 Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDH-M, Microrregiões-PE

Tabela 2 Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Pernambuco – Municípios

Lista de abreviaturas e siglas

ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DLIS	Programa de Desenvolvimento Local e Sustentável
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR	Empresa de Turismo de Pernambuco
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH-M	Índice Municipal de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto de Ecoturismo do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OMT	Organização Mundial de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDs	Regiões de Desenvolvimento
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco

TR Turismo Rural

ZEE Zoneamento Econômico-Ecológico

Sumário

Resumo	
Abstract	
Lista de fotos	
Lista de gráficos	
Lista de figuras	
Lista de quadros demonstrativos	
Lista de tabelas	
Lista de abreviaturas e siglas	

Introdução	18
-------------------	-----------

1	Turismo sustentável – conceituação e evolução	24
1.1	As dimensões do turismo sustentável	27
1.1.1	Dimensão Econômica	27
1.1.2	Dimensão Sociocultural	29
1.1.3	Dimensão Ambiental	31
1.2	Algumas modalidades alternativas de turismo	34
1.3	O turismo no espaço rural em alguns países e no Brasil	39
2	Planejamento e gestão do turismo sustentável	44
2.1	Política nacional de turismo e base institucional	44
2.2	Planejamento turístico	49
2.3	Gestão do turismo sustentável	53
2.4	Desenvolvimento local e iniciativas governamentais	55
2.4.1	Propostas para o desenvolvimento da região do Agreste Meridional de Pernambuco	59
2.4.2	Contribuição do turismo ao desenvolvimento local	64

3	Microrregião de Garanhuns – potencialidades e vulnerabilidades	69
3.1	Caracterização da Microrregião de Garanhuns	69
3.1.1	Aspectos histórico-econômicos	74
3.2	Municípios com potencialidades turísticas	78
3.2.1	O município de Bom Conselho	79
3.2.2	O município de Brejão	80
3.2.3	O município de Garanhuns	82
3.2.4	O município de Saloá	84
3.2.5	O município de São João	85
3.3	O turismo rural na Microrregião de Garanhuns	85
4	Análise dos resultados	95
4.1	Demanda	95
4.2	Propriedades	100
4.3	Participação do governo local	102
5	Considerações finais	106
	Referências bibliográficas	110
	Apêndices	117
	Anexos	127

Introdução

As décadas de 60 a 80 do século passado marcaram, conforme Araújo (2000), um período de grande expansão e de intensa modernização da economia do País, que passou a operar em bases cada vez menos locais e mais nacionais. As regiões tiveram que se ajustar às mudanças impostas pelo projeto de consolidação da economia nacional. A década de 80 foi marcada pela estagnação econômica. Desse contexto socioeconômico, passou-se, a partir de 90, por uma reestruturação produtiva, atingindo o setor industrial especificamente. Aconteceu a abertura econômica, a abertura do mercado, provocando uma competição intensa nos segmentos formais e urbanos da economia do País.

Com a inserção do Brasil no processo de internacionalização da economia, uma série de transformações provocou mudanças nos cenários econômico, social e político. A queda generalizada e estrutural do emprego e das ocupações econômicas, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, e a redução dos investimentos nas políticas sociais vêm ampliando a concentração de renda e acentuando o intenso processo de exclusão social no País (DESER, 1999)⁸.

De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o processo de globalização da economia acentuou as desigualdades econômicas e sociais, apontando o Brasil como de alto índice de desigualdade na distribuição de renda (DESER, 1996).

Frente a esse quadro, uma série de movimentos e de organizações tem defendido a tese de que o espaço local é o ambiente mais propício para a construção de políticas alternativas e de novas opções de desenvolvimento e de participação da

⁸ Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

sociedade. Rodrigues (1997) afirma que se deter no lugar significa abandonar a crença nas soluções universais e se opor a fórmulas externas, confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares.

E, conforme Silveira (1997), muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêem no turismo uma alternativa na busca desse desenvolvimento. Entretanto, faz-se necessária uma política que tenha o poder de regulamentar e de intervir na ocupação territorial, de incluir o turismo no contexto econômico das localidades e de estimular os meios rurais, que estão se debilitando e degradando, principalmente pela falta de atividade humana produtiva.

Muitos países têm adotado a estratégia de incorporar outras alternativas econômicas no meio rural, com a finalidade de manter o homem no campo e melhorar sua qualidade de vida por meio de aumento de sua renda, gerada pela possibilidade de diversificar atividades e funções.

Desde os anos 50, em numerosos países do norte e centro da Europa e, posteriormente, na década de 70, em países do sul, o turismo no meio rural tem sido considerado como estratégia relevante para contribuir com a criação de empregos, fixação da população e a promoção de desenvolvimento socioeconômico das áreas desfavorecidas. Vários elementos explicam essa evolução: o turismo rural oferece possibilidades tanto na produção de rendimentos complementares, ou na promoção de infra-estruturas e de serviços de apoio ao mundo rural, como também responde ao interesse da população urbana pelo patrimônio natural e cultura rural, com seus espaços abertos, permitindo a prática de diversas atividades lúdicas, desportivas e culturais.

Sua importância para a cultura local se dá pela contribuição para a revalorização dos produtos locais (artesanatos, produção de alimentos e bebidas caseiras, etc.), do resgate e valorização do patrimônio histórico-cultural da paisagem rural (arquitetura, folclore, comidas típicas, etc.), promovendo, dessa forma, a

interiorização do turismo, hoje centralizado em áreas litorâneas, e, assim, contribuindo para a diminuição do êxodo rural.

O setor turístico como atividade econômica é o que mais cresce no mundo contemporâneo. E ocupa, conforme Trigo (1998), lugar de destaque no comércio internacional de bens e serviços, representando mais de 7% do comércio mundial, superado apenas pela indústria automobilística e de petróleo.

No Brasil, essa atividade tomou impulso na década de 70 do século XX, inicialmente nas regiões Sul e Sudeste do País, seguindo, particularmente nos anos oitenta, por todo o litoral do Nordeste, quando a atividade turística se intensificou nas capitais. Nessa região, o turismo tem crescido com rapidez e em todos os sentidos: tanto na quantidade de turistas que a visitam e o volume de capital gerado como também na intensidade e qualidade dos impactos causados por tal atividade.

Recentemente, observa-se um aumento da procura por lazer e turismo em áreas rurais. Isso poderá favorecer o desenvolvimento de outras atividades correlatas, contribuindo para complementação de renda no meio rural e para o desenvolvimento de regiões e locais específicos, com a melhoria nas condições de vida local.

A agitação das grandes cidades, assim como a preocupação em gerar uma melhor qualidade de vida, tem estimulado a busca pelo turismo em paisagens mais naturais, com o desenvolvimento de ações menos predatórias aos elementos da natureza e reconhecendo-se o valor de preservar a diversidade para as gerações futuras (BARROS, 1998:20).

Por outro lado, as comunidades rurais, embora sofrendo sucessivas crises, ora promovidas por fatores socioeconômicos, ora por fatores naturais, principalmente os climáticos, o que provoca o afastamento de trabalhadores agrícolas das atividades rurais em direção às zonas urbanas, estão se conscientizando de que o seu desenvolvimento não será exógeno e que devem mobilizar os seus recursos locais em atividades econômicas suscetíveis de serem competitivas.

Diante do exposto, foram feitas as seguintes indagações que orientaram o estudo: seria o turismo no meio rural um vetor para o desenvolvimento da

Microrregião de Garanhuns? Que ações devem ser desenvolvidas para torná-lo viável e sustentável?

Na tentativa de encontrar respostas para as questões apresentadas, este trabalho teve como objetivo verificar a viabilidade de o turismo tornar-se vetor de desenvolvimento local na Microrregião de Garanhuns, localizada na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, a qual apresenta, conforme o Inventário Turístico de Pernambuco, realizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco – Empetur, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, publicado em 1998, cinco municípios com potencialidade turística: Bom Conselho, Brejão, Garanhuns, Saloá e São João, e teve a finalidade de identificar entraves que dificultam a consolidação dessa atividade nas áreas com potencialidades agroecoturísticas, sugerindo alternativas de ações que possam solucionar os problemas de gestão e tornar o turismo viável e sustentável na área em estudo. E, embora os municípios apresentem vocação e ofereçam outras modalidades de turismo, para que a pesquisa pudesse ser viável, foi limitada ao turismo oferecido em propriedades rurais.

Devido às dificuldades de padronização conceituais existentes, optou-se pela utilização da denominação turismo no espaço rural, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo cultural, etc. No entanto, no referencial teórico, respeitou-se a terminologia usada pelos autores citados.

Quanto à metodologia, Dencker (1998) afirma que a "observação dos fenômenos sociais, feita de maneira intensiva, a qual implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos, é uma metodologia do tipo qualitativo", sendo esse o método adotado no presente trabalho. E, embora não permita a generalização em termos de probabilidade de ocorrência, o estudo de caso permite a obtenção de uma maior quantidade de informações sobre o objeto ou situação estudada.

Para a obtenção de dados, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental em órgãos da esfera municipal, estadual e federal e pesquisa de campo nos municípios que desenvolvem atividades turísticas, visitas às fazendas para observação in loco e entrevista com os proprietários de fazendas que desenvolvem atividades turísticas: Fazenda Brejo, localizada em Saloá, e Fazendas Olho d'Água, Sambaíba e Colônia da Serra, localizadas no município de Brejão, aplicação de questionário semi-estruturado com os usuários dos serviços turísticos, com a finalidade de conhecer melhor o perfil do turista que busca o turismo rural e quais fatores são considerados relevantes para seu retorno ao local, bem como a necessidade de conhecer a realidade local e avaliar a qualidade dos serviços oferecidos.

Quanto à oferta do turismo nas propriedades rurais, foram considerados os seguintes aspectos: infra-estrutura turística da área estudada; localização e acesso; equipamentos e serviços turísticos; qualificação dos atores locais para receber o turista.

Foi, também, realizada entrevista semi-estruturada com representantes das Prefeituras dos referidos municípios, focalizada a partir de um roteiro de itens no qual poderiam ser incluídas questões que se julgasse necessárias.

Para estruturação deste trabalho, foram desenvolvidos cinco capítulos, assim divididos: o primeiro, denominado turismo sustentável evolução e denominações, trata das dimensões de sustentabilidade do turismo, ambiental, econômica e sociocultural; apresenta algumas modalidades alternativas de turismo; e contextualiza o turismo no espaço rural em alguns países e no Brasil.

O segundo capítulo, planejamento e gestão do turismo, descreve a política nacional de turismo e legislação institucional vigentes, apresenta propostas do governo estadual para o desenvolvimento da região do Agreste Meridional de Pernambuco e sugere algumas condições e contribuições do turismo no espaço rural ao desenvolvimento local.

O terceiro capítulo, denominado Microrregião de Garanhuns – potencialidades e vulnerabilidades, descreve os aspectos histórico-econômicos da microrregião, os municípios com potencialidade turística e seus respectivos atrativos e como está sendo ofertado o turismo rural em quatro propriedades localizadas nos municípios de Brejão e Saloá.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos por meio de observação in loco, dos questionários e entrevistas realizados com hóspedes, proprietários e poder local.

Por fim, o último capítulo trata das conclusões obtidas com a pesquisa e sugere algumas ações que busquem conciliar competitividade e sustentabilidade nas atividades turísticas.

1

Turismo Sustentável – conceituação e evolução

O turismo, que faz parte do setor de serviços e como atividade econômica é o que mais cresce no mundo contemporâneo, é definido pela Organização Mundial de Turismo - OMT como:

o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

O padrão de consumo da sociedade moderna, juntamente com o destino dos resíduos que ela produz, tem causado uma degradação contínua dos recursos naturais e da qualidade de vida dos indivíduos. Com o aumento das ameaças globais (efeito estufa, buraco na camada de ozônio, desmatamento das florestas, etc.) e os problemas urbanos (poluição do ar, sonora, etc.), tornou-se necessário analisar os problemas ambientais sob uma ótica interdisciplinar.

E a falta de planificação no desenvolvimento das atividades turísticas, gerando diversos problemas, tais como: urbanização excessiva, problemas de poluição ambiental, degradação ambiental e sociocultural, fez com que a preocupação com questões ambientais fosse incluída, também, na gestão do turismo, uma vez que é necessária a proteção da natureza para garantir sua sobrevivência como atividade econômica.

A questão ambiental passou a fazer parte das agendas oficiais e das organizações internacionais a partir da realização da Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, e um dos primeiros artigos a tratar o conceito de desenvolvimento sustentável foi o *World Conservation Strategy*, publicado em 1980 pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*.

Em 1987, a *World Commission on Environment and Development* publicou "*Our Common Future*", conhecido também como Relatório *Brundtland*, que salientou a importância do uso sustentável dos recursos naturais para o atendimento das necessidades básicas do presente e do futuro e também a necessidade de superação da pobreza, desenvolvimento de novas tecnologias com utilização de fontes de energia renováveis, controle da urbanização e maior integração entre as cidades e o campo.

Com o reconhecimento dos impactos negativos causados pelo turismo, os órgãos do setor público tomaram iniciativas com a finalidade de tentar administrar o turismo, e desde o início de 1990, a expressão "turismo sustentável" passou a ser usada com frequência. Essa abordagem de turismo reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para a comunidade.

Swarbrooke (2000) apresenta a seguinte definição de turismo sustentável:

significa turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

E Oliveira (2001) conceitua o turismo sustentável como:

o desenvolvimento racional do turismo sem deteriorar o meio ambiente, utilizando os recursos no presente e não comprometendo as necessidades de atender às gerações futuras.

Com a finalidade de avaliar a qualidade dos destinos turísticos, surgiram as certificações turísticas, baseadas no cumprimento de um conjunto de parâmetros universalmente aceitáveis que permitissem avaliar a qualidade de suas práticas.

Existem, aproximadamente, cem tipos de certificações turísticas diferentes, entre os ambientais, sociais e econômicos. A certificação *Green Globe 21*, utilizada pela Costa Rica, é uma das que mais se aproximam do ideal de sustentabilidade. O país tem cerca de 35% do seu território protegido em parques e, embora seja menor que o Estado de São Paulo, recebe mais turistas que todo o Brasil. No entanto, a Organização Mundial de Turismo - OMT intenciona a unificação numa única certificação de turismo sustentável, e o que se chama de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, etc. deve dar lugar apenas ao turismo sustentável, que terá uma

classificação de acordo com indicadores econômicos, ambientais e de responsabilidade social (Estado de São Paulo, 23/08/01).

O turismo no Brasil tomou impulso na década de 70, do século passado, nas regiões Sul e Sudeste e intensificou-se nas capitais do litoral do Nordeste, na década seguinte.

O Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, objetivando dar novas diretrizes à política do turismo no Brasil, lançou, no final de 1994, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT. Esse programa tem uma feição didática, segue orientações da OMT quanto à metodologia e dissemina conceitos do desenvolvimento turístico sustentável.

O projeto começou com a participação de 300 cidades, e a primeira fase consiste em despertar na comunidade o interesse pelo turismo e a organização dos segmentos ligados ao turismo. Algumas de suas ações estratégicas são: orientar a elaboração do Plano Diretor, de acordo com a Lei Orgânica do município, que deverá conter, entre outros, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, sua implantação e o Plano de Zoneamento; contribuir para a formação do Conselho Municipal de Turismo; estimular as oportunidades de negócios com atividades específicas, tais como Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Cultural e Histórico e outros. Além disso, indica alguns princípios para o desenvolvimento turístico sustentável, a seguir:

Sustentabilidade ecológica - assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e os recursos biológicos;

Sustentabilidade social e cultural - assegura que o desenvolvimento e o controle das pessoas sobre suas próprias vidas é compatível com a cultura e os valores das atingidas pelo desenvolvimento, aumentando e fortalecendo a identidade da comunidade;

Sustentabilidade econômica - assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e que os recursos são geridos de forma que suportem gerações futuras.

1.1 As dimensões do turismo sustentável

Barbieri e Lage (2001) afirmam que o desenvolvimento sustentável, em nível local, “requer que o desenvolvimento econômico local apóie a vida e o poder da comunidade, usando os talentos e os recursos locais”, e que existem três diferentes processos de desenvolvimento, cada qual com seus imperativos e apresentando contradições entre si, e, para sua sustentabilidade, é necessária a condução desses três tipos de desenvolvimento com equilíbrio.

1.1.1 Dimensão Econômica

O turismo de natureza, considerado como forma de turismo onde o destino são atrações naturais de significação ecológica, é um setor importante onde a conservação ambiental pode ser combinada efetivamente com desenvolvimento econômico em áreas rurais de países em desenvolvimento. As prioridades políticas, geralmente, dividem-se em quatro áreas: aumentar e captar mais benefícios econômicos líquidos, contribuir mais para o desenvolvimento local, mitigar⁹ impactos ambientais, ajudar no financiamento para conservação de biodiversidade (POÇOS, 1997).

Todas as formas de turismo podem proporcionar contribuições significativas. No entanto, o turismo de natureza é, como sugere Poços, particularmente importante no contexto de desenvolvimento sustentável, porque oferece possibilidades de mobilizar recursos de forma que possam contribuir tanto com o desenvolvimento econômico e com a comunidade como também ajudar na conservação da biodiversidade.

De acordo com Poços (op. cit), a utilização da natureza de forma descontrolada e a maximização dos benefícios econômicos podem resultar em danos irreversíveis ao ambiente. Um importante desafio para quem promove atividades turísticas em áreas protegidas ou outros destinos de turismo de natureza é alcançar um equilíbrio entre os benefícios de uso de visita e a manutenção das características ambientais naturais da área.

⁹ Ações destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude.

A falta de investimentos ou recursos para administrar ativos ambientais que atraem turistas ou na infra-estrutura necessária de apoio a essa atividade expõe locais sensíveis de valor ecológico ou cultural ao risco de degradação.

Poços (1997) afirma ainda que os impactos que poderão surgir das atividades turísticas estão, a princípio, relacionados aos efeitos potenciais no meio ambiente e na comunidade. A fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes nem tráfego excessivo de veículos pesados, podendo ocorrer também transformações nas ocupações profissionais, impacto sobre a estrutura e distribuição da população e desvios dos benefícios econômicos. Em contrapartida, entre os benefícios resultantes dessa atividade, estão a geração de empregos, diversificação da economia, desenvolvimento da infra-estrutura e desenvolvimento regional.

Poços (1997) diz, também, que para calcular os impactos do turismo podem ser usados multiplicadores econômicos, que são o resultado do processo pelo qual gastos turísticos estimulam outros gastos e aumentam a atividade econômica. Cada localidade deve determinar seus objetivos econômicos e escolher as estratégias de gestão que melhor atinjam esses objetivos. No entanto, independentemente do objetivo, é necessário conhecer a demanda da atração ecoturística e quanto está disposta a pagar pelo atrativo, pois há uma tendência a superestimar-se os benefícios proporcionados pelo turismo, não se levando em conta os custos das contribuições para a indústria do turismo.

O benefício econômico total do turismo é representado pela disposição a pagar dos visitantes para visitação de determinada área. No entanto, essas são medidas incompletas do valor econômico do ecoturismo. Isso se dá porque muitas visitas para destinos ecoturísticos pagam um total por viagem, acomodação, entrada de parque, etc., que é menor que a quantia máxima que o indivíduo estaria disponível a pagar.

Dessa forma, o planejamento estratégico das regiões torna-se um fator relevante para o sucesso do turismo local, devendo ser feito em conjunto, pela

iniciativa privada e pelo setor público, visando integrar todas as formas de exploração da região, evitando, assim, os excessos e a degradação.

Na prática, a participação das comunidades e os benefícios locais ficam limitados, pois são encontradas algumas dificuldades, como falta de qualificação, inabilidade para competir com empreendimentos maiores, além de falta de financiamento. A viabilidade de empreendimentos em comunidade depende de: preços; acesso seguro; habilidades (em marketing, administração, etc.); e disponibilidade de capital.

1.1.2 Dimensão Sociocultural

Sarto apud Coriolano (1996:97) considera que, com a massificação do turismo, a cultura local pode sofrer forte influência, originando, dessa forma, uma aculturação descaracterizante, pois os visitantes oriundos de centros maiores podem interferir nas maneiras de ser das instituições menos desenvolvidas, provocando uma deturpação e poluição da cultura local. E a sofisticação na apresentação de bens e serviços pode ocasionar o distanciamento das origens, do típico, natural. É, portanto, necessário que o folclore, a arte local, os costumes e o modo de vida sejam transmitidos e não transformados pelo convívio com os turistas.

Tomas (1996:189) afirma que a intensidade desses efeitos socioculturais tem relação direta com o nível de desenvolvimento da comunidade receptora de turistas, pois quanto menos desenvolvida maior será o impacto provocado na população.

A reafirmação da identidade cultural, conservação do patrimônio e intercâmbio cultural são alguns dos benefícios socioculturais resultantes da atividade turística, porém entre os impactos negativos podem ser relacionados o aumento da população residente e sazonal, provocando perda da comodidade dos habitantes; perda da identidade cultural mediante influência no estilo de vida tradicional; comercialização excessiva; e perda de autenticidade das manifestações culturais e modificação dos padrões de consumo a partir da influência dos turistas nos hábitos de compras da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas.

Conforme Swarbrooke (2000), geralmente a dimensão dos recursos humanos é ignorada na discussão do turismo sustentável. Ele afirma que o “debate sobre turismo sustentável parece ignorar os empregados, preferindo focalizar o turista, a comunidade local como um todo e as empresas de turismo”. Diz ainda que o problema da alta rotatividade dos empregados também ameaça o desenvolvimento do turismo sustentável, pois para sua sustentabilidade é necessário força de trabalho estável, bem treinada e satisfeita.

Entre as dificuldades encontradas na administração de recursos humanos, o autor cita alguns dos desafios enfrentados por aqueles que trabalham no ramo: desigualdade de oportunidade, ocorrendo geralmente certa discriminação no turismo em relação ao sexo, raça e incapacidade física, pois alguns empregos são atribuídos mais às mulheres, que por sua vez sempre tiveram dificuldades em atingir posições mais altas; é comum, no ramo do turismo, acontecer a baixa remuneração e condições inadequadas de trabalho, como por exemplo, a dependência de gorjetas para complementar salários e longas horas de trabalho; um outro problema enfrentado é a sazonalidade e o trabalho ocasional, o que impede que as pessoas aspirem a desenvolver uma atividade com a garantia de uma renda constante e periódica, podendo gerar uma falta de comprometimento com os seus empregadores e de entusiasmo no atendimento ao cliente; a falta de treinamento e desenvolvimento de pessoal, observando-se que, em muitos casos, as pessoas que trabalham com turismo tiveram pouca formação formal além do nível educacional primário e carecem de maior capacitação e qualificação, e, quando ocorre treinamento, a maior parte está relacionada com a ocupação do momento, uma vez que, raramente, há a preocupação de desenvolvê-los para funções futuras ou como pessoas; e, por fim, as características do emprego no turismo levam à tendência de alta rotatividade, que, por sua vez, é onerosa, gerando necessidade de treinamento constante dos novos empregados, e da perda de continuidade das operações (Figura 1).

Figura 1: Dificuldades na administração de recursos humanos, conforme Swarbrooke



Fonte: Turismo Sustentável: gestão e marketing, vol. 4, São Paulo: Aleph, 2000.

1.1.3 Dimensão Ambiental

Entende-se por meio ambiente, de acordo com o art. 3º, I, da Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

A partir do conceito de meio ambiente e considerando as disposições legais da Lei 6.938/81, tornou-se possível a classificação do meio ambiente desdobrada em:

- a) meio ambiente natural, que inclui os chamados recursos naturais, integrantes da biota, constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora e fauna;
- b) meio ambiente artificial, formado pelas edificações, equipamentos urbanos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral), comunitários, enfim, todos os assentamentos de reflexos urbanísticos;
- c) meio ambiente cultural, integrado pelo patrimônio arqueológico, artístico, histórico, paisagístico e turístico.

"O fenômeno turístico se manifesta pelo deslocamento de pessoas para lugares que lhe proporcionam especial atração de beleza, lazer, divertimento, comodidades e repouso" (SILVA apud PINTO, 1999). Ocorre o fenômeno quando existe a vocação

turística, que se caracteriza pela atratividade especial ante a incidência em determinadas localidades de conjunto de bens, tanto culturais quanto naturais e artificiais, porém bem arranjados, sendo necessário, para que se instale, uma estrutura de serviços básicos, tais como acesso, energia, água e esgoto, telefonia, agregados a serviços específicos como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento.

Um grande problema gerado pelo turismo é sua dependência e utilização do meio ambiente como matéria-prima que, sem planificação reguladora, origina todos os conflitos de uso e abuso do território e da paisagem. Ocorre, também, nos períodos de alta estação, um grande consumo de água e de energia, ruído e resíduos gerados pelos turistas.

Ruschmann (1997:21) apresenta quatro fases no relacionamento do turismo e meio ambiente. A primeira ocorreu no século XVIII, considerada a fase do "relacionamento" e dos primeiros equipamentos turísticos, caracterizando-se pela descoberta da natureza e das comunidades receptoras. As principais motivações eram a busca de centros turísticos desenvolvidos à beira-mar para banhos e bronzamentos ou ambientes onde a industrialização não houvesse chegado.

A segunda fase ocorreu no final do século XIX e início do século XX, na qual não havia grande preocupação com a proteção ambiental. Caracterizou-se por ser um turismo elitista, alimentado por um grupo relativamente pequeno de burgueses e aristocratas, e houve um aumento nas construções.

Porém, foi na terceira fase, a partir dos anos 50 até 80 do século XX, que predominou o excesso, com a acentuada falta de qualidade na arquitetura das localidades turísticas, o crescimento desordenado, falta de controle de efluentes e esgotos. Esse período caracterizou-se pela degradação ambiental de diversos recursos turísticos em todo o mundo.

Por fim, a quarta fase, na qual se passou a considerar os problemas do meio ambiente, originou-se um novo mercado, cuja clientela busca as aventuras, a tranquilidade, o verde e o conhecimento mais profundo do local visitado.

Em 1983, no Brasil, foi promulgado o Decreto Federal n. 88.351 regulamentando a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Esse diploma legal autorizou os Estados e Municípios brasileiros a editarem as suas próprias normas e padrões, fixando parâmetros de emissão, ejeção e emanação de agentes poluidores, “desde que os mesmos não sejam menos restritivos que os fixados pelo CONAMA”.¹⁰

Um dos instrumentos de implementação da política nacional do meio ambiente é o estudo de impacto ambiental¹¹ - EIA e o respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, exigíveis sempre que se cuidar do licenciamento de obra ou atividade potencialmente lesiva, em grau significativo, ao meio ambiente.

Krell (1994) afirma que, até poucos anos, no Brasil não se dava muito valor à questão ecológica nos processos decisórios da política local. A disputa e interesse em atrair potenciais econômicos faziam os municípios desistirem de atuar de maneira adequada e responsável na área de proteção ambiental. As prefeituras agiam somente quando eram pressionadas pelos órgãos ambientais especializados do Estado ou quando alguma ação era diretamente reivindicada pelas populações locais. No entanto, ressalta considerar vantagem a implementação de normas locais, uma vez que “as chances de que se chegue a um controle e uma execução eficaz dos dispositivos legais que protegem o meio ambiente apresentam-se bem melhores na esfera municipal do que nas superiores”.

Embora, por um lado, o turismo possa representar fator de enriquecimento, por outro, também pode representar graves riscos ao patrimônio que lhe dá alicerce se não for devidamente dirigido e adequado. Por isso, com a finalidade de conter os impactos negativos da atividade, algumas formas de turismo estão sendo propostas, as quais recebem várias denominações: “alternativo”, de “natureza”, de “interior”, “sustentável”.

¹⁰ CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

¹¹ Impacto Ambiental - qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por atividades humanas.

1.2 Algumas modalidades alternativas de turismo

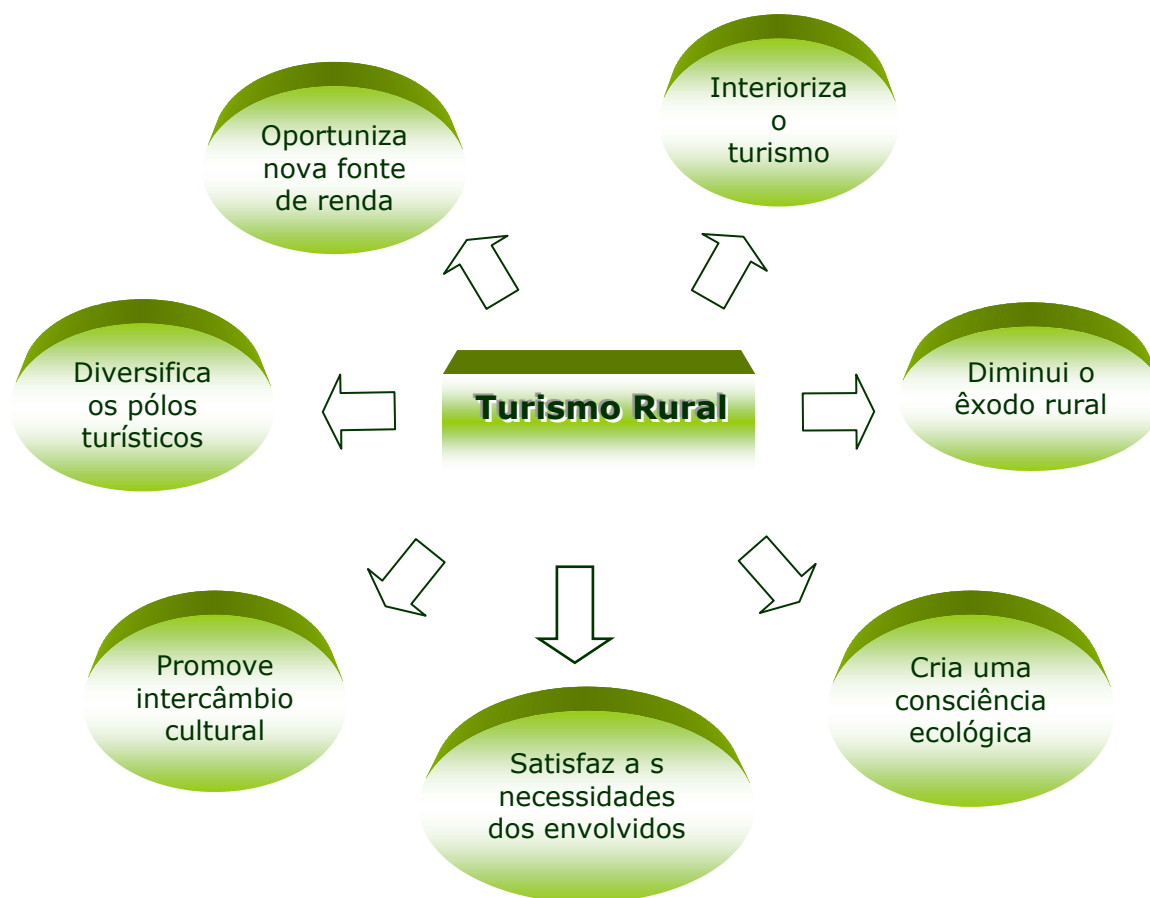
O crescente interesse da sociedade urbana pelo chamado turismo de interior, também denominado turismo alternativo, no qual estão incluídas as modalidades turismo rural, ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura, entre outras, resulta da busca por lugares pouco saturados, com qualidade ambiental pelo contato com a natureza e a integração com a cultura e costumes locais, tornando dessa forma os espaços rurais e naturais em destinos privilegiados dos fluxos turísticos de caráter alternativo (SILVEIRA, 2001:135).

Esses tipos de turismo, praticados em pequena escala, diferenciam-se da prática do turismo massificado e são considerados como uma alternativa ao desenvolvimento local, pois com as diversas crises que afetaram o setor rural nos últimos anos, pequenos e médios produtores precisaram buscar novas alternativas de renda e uma delas é o turismo.

O **turismo rural** surgiu no final de século XIX, na Áustria e na Suíça. É um setor econômico e social em pleno crescimento na Europa e vem despertando um crescente interesse de operadores, consistindo em um complexo de atividades e serviços desenvolvidos no meio rural com vistas ao lazer e ao entretenimento. Integra espaços de ocupação predominantemente agrícola ou agro-silvo-pastoril, correspondendo a sistemas de uso do solo, no geral, extensivos e pouco artificializados (CAVACO, 1996).

O turismo rural é conceituado por Zimmermann (1996) como “um produto que atende a demanda de uma clientela turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo” (Figura 2).

Figura 2: Contribuições do turismo rural



Fonte: ZIMMERMANN, Adonis e CASTRO, I. C. de. Turismo Rural um modelo brasileiro, 1996.

De acordo com Leader (1995), com poucas exceções, a literatura existente sobre a questão, incluindo a da Comunidade Européia, pode ser classificada em duas tendências:

- numa delas, o critério de distinção utilizado é a percentagem de rendimentos do turismo que beneficiam a própria comunidade rural. Nessa perspectiva, faz-se a distinção entre turismo em espaço rural, turismo rural e agroturismo (integrando-se cada uma dessas categorias naquela que a precede, da terceira à primeira, como círculos concêntricos), consoante a percentagem de rendimentos que revertem para o conjunto da população local ou, no terceiro caso, para os agricultores em particular;

- Na outra tendência, a distinção baseia-se nos diferentes elementos constitutivos da oferta. Quando a cultura rural for um componente importante da oferta, falar-se-á de turismo rural; e, conforme a atividade específica que fundamentar em primeiro lugar a oferta, teremos turismo verde, gastronômico, histórico-cultural, agroturismo, etc.

No Brasil, devido às características de suas áreas rurais, as atividades turísticas nesse meio apresentam muitos pontos comuns com outras atividades no mesmo espaço e recebem uma proliferação de termos: turismo verde, turismo alternativo, turismo rural, ecoturismo, agroturismo, entre outros.

Rodrigues (2001:101) alerta para a questão da imprecisão de conceitos sobre o turismo rural no Brasil, por estarem vinculados a classificações baseadas em parâmetros europeus, o que pode gerar equívocos, já que são realidades diferentes e complexas, além da sua grande extensão geográfica e as diferentes fases de sua história referentes à apropriação do território. E classifica o turismo rural em dois grandes grupos relacionados ao patrimônio cultural: o primeiro de cunho histórico e o segundo de natureza contemporânea.

O turismo rural tradicional é subdividido em três modalidades:

- **De origem agrícola ou turismo rural do ciclo cafeeiro** – propriedades que se constituíram historicamente como unidades de produção agrária durante o ciclo do café, comumente rotuladas de fazenda-hotel¹².
- **De origem pecuarista** – áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumento de apropriação do território durante o início da colonização;
- **De colonização européia** – cuja origem está relacionada à história da imigração européia no Brasil.

¹² Graziano da Silva, Vilarino e Dale (2000) apresentam a seguinte distinção:

Fazenda-hotel – propriedade agropecuária com atividades produtivas em funcionamento, que oferece ao hóspede, além de atividades de lazer, a oportunidade de vivenciar e participar ativamente das rotinas diárias da fazenda.

Hotel-fazenda – hotel similar aos outros, com a particularidade de estar localizado na zona rural e oferecer serviços integrados ao local onde se instalou.

O turismo rural contemporâneo surgiu a partir de 1970, quando o turismo passou a assumir maior significado na atividade econômica, e opõe-se à primeira categoria, por englobar equipamentos implantados mais recentemente. As suas diversas modalidades são abaixo elencadas:

- **Hotéis-fazendas** – hotéis localizados na zona rural;
- **Pousadas rurais** – de menor porte e menos luxo, oferecem, sem muita sofisticação, vivência da rotina do campo;
- **Spa rural** (turismo de saúde) – situando-se no campo, versão moderna das antigas estações termais, hoje associadas a fins estéticos;
- **Segunda residência campestre** – geralmente localizada na área rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos;
- **Campings e acampamentos rurais** – localizam-se, geralmente, em vales de rios, em áreas de expressiva cobertura vegetal, como as matas ciliares;
- **Turismo de caça e pesca** – representado pelos ranchos de pesca;
- **Turismo rural místico ou religioso** – alguns estabelecimentos são ligados à religião, enquanto outros são centros de vivência comunitária, vinculados à meditação e práticas místicas;
- **Turismo rural científico-religioso** – voltado para a recepção de alunos e estagiários;
- **Turismo rural etnográfico** – é o caso de reprodução de aldeias indígenas para receber grupos de estudantes.

O **agroturismo** é uma vertente do turismo rural e consiste na prestação de serviços turísticos por parte de agricultores em suas próprias granjas e fazendas, por meio do aproveitamento das características próprias de cada espaço rural, e representa uma complementação de renda para o agricultor. Surgiu na Itália, na década de 60, e no Brasil tem sido confundido com o turismo rural, por ambos estarem ligados ao setor agrícola (CAVACO, op. cit.).

Essa modalidade de turismo permite aos agricultores combinarem a diversificação das suas atividades com uma melhor valorização das suas produções e do seu patrimônio imobiliário. Ao viajante adepto a esse tipo de turismo, interessa conhecer as técnicas produtivas e participar das características e típicas formas de vida e de trabalho no campo.

O agroturismo tem por base a agricultura e é, como afirma Grolleau (1993), um turismo de iniciativa local, de gestão local, com efeitos locais, marcado por paisagens locais e que valoriza a cultura local. Caracteriza-se pela:

- Autenticidade - desejo em consumir história, cultura e costumes de determinada área ou localidade;
- Oferecimento de trato personalizado e familiar em ambientes pouco mecanizados;
- Formam-se empresas familiares, provocando a diminuição da emigração para os grandes centros urbanos;
- A atividade turística convive com as atividades tradicionais do campo;
- Complemento de renda ao agricultor.

Para esse tipo de atividades, conta-se com pessoal da própria família ou moradores da localidade para atender os hóspedes, tanto em relação ao alojamento e refeição como em suas atividades programadas.

O **ecoturismo**, segmento de turismo que mais cresce no mundo, surgiu da relação turismo/ecologia, representando, conforme Furlan (1996), 8% no mercado global e, no Brasil, apresenta crescimento de 30% ao ano. Pagani (1996) aponta alguns pontos que devem ser considerados no ecoturismo: evitar as grandes concentrações turísticas e urbanização excessiva; integrar o turismo no meio ambiente mediante uma arquitetura adaptada; preservar patrimônio natural, histórico e cultural; participação das comunidades locais; aquisição de consciência pelas populações locais e pelos turistas a respeito da necessidade de proteger as riquezas naturais do patrimônio.

Fennell (2002) dá a seguinte definição de ecoturismo:

“o ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.”

Na maioria das vezes, o ecoturismo tende a gerar pouca renda para a população rural local, pois, em muitos casos, as visitas são programadas por agências de turismo urbanas, que se utilizam de guias de turismo também urbanos. Muitas das vezes, a visita dura poucas horas, e tanto a alimentação como os pernoites se dão nas cidades próximas aos locais visitados. A realização do ecoturismo, dessa forma, fica restrita só à utilização do meio físico rural e sua infra-estrutura básica, com o retorno da renda pelos serviços prestados às empresas e empregados urbanos (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

1.3 O turismo no espaço rural em alguns países e no Brasil

Na Irlanda, existe uma preocupação pela qualidade dos serviços prestados pelas “*farm-houses*”, que são antigas casas típicas ou edifícios modernos em que se prestam serviços de alojamento e alimentação.

No Reino Unido, são oferecidos alojamentos e café da manhã em explorações agrícolas. Em Portugal, o TR caracteriza-se pelo acolhimento familiar, proporcionando também um contato mais próximo com a natureza e com a população local. As casas licenciadas são identificadas por umas placas metálicas com a sigla “TER” e o logotipo da Direção Geral de Turismo afixadas junto à entrada. Classificam-se em: “Turismo de Habitação”, “Turismo Rural” (casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem) e “Agroturismo” (casas integradas numa exploração agrícola,

caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em forma de animação complementar).

A França é o país que tem desenvolvido mais e melhor o turismo rural e agroturismo, em qualidade, quantidade e diversidade. *Gîtes de France* surgiram com a missão de participar do patrimônio imobiliário rural, de contribuir para fixar as populações rurais e facilitar a estada dos cidadãos urbanos no campo, com boas condições de acolhida e comodidade.

Os modelos de *gîtes* são os seguintes: *Gîtes de France* (casas rurais), seja no campo ou em pequenas cidades rurais, cujos proprietários se responsabilizam em manter o perfeito estado de higiene e limpeza, caráter nitidamente rural, tanto na construção como na decoração; *Gîtes d'enfants* (colônia para crianças), em que a família rural acolhe as crianças urbanas como se fosse uma colônia de férias ou albergue infanto-juvenil e se comprometem a respeitar algumas regras impostas (solicitação de etiquetas *Gîtes d'enfants*, deverão apresentar um projeto para obter permissão de hospedagem e só poderão receber exclusivamente crianças). Nessas estâncias, as crianças descobrem a vida rural e praticam esportes ao ar livre, entre outras atividades. Além desses modelos, existem: *Ferme auberge* (granja pousada); *Chambre d'hôte* (quarto de hóspedes); *Camping à la ferme* (exploração agrícola de caráter familiar, apropriada para acampamentos); *table d'hôte* (serviços de refeição, prolongação ou complementação desses dois últimos).

Nos Estados Unidos, existem mais de 250 estabelecimentos que oferecem essa modalidade de hospedagem. Na Argentina, o TR iniciou-se em fins da década de 1960, quando grandes "estancieros" descobriram que a abertura das propriedades a sítios de alojamento poderia representar um rendimento adicional à atividade pecuária, que passava por um período de baixa rentabilidade.

Quadro 1 - Exemplos de iniciativas ao Turismo no meio rural na Europa

LOCAL	ATIVIDADES
Portugal	Turismo de Habitação – Alojamento em casas antigas e ou apalaciadas, ou em casas rústicas, situadas no meio rural, de reconhecido valor arquitetônico, com mobiliário e decoração de qualidade.
Portugal, Bélgica e Dinamarca	Agroturismo – O alojamento de turistas dá-se em casas ou vivendas de exploração agrária.
Irlanda	Hotéis de caráter familiar e cozinha tradicional localizados em pequenos municípios, que constituem pontos de encontro da população rural.
França e Bélgica	Alojamentos independentes (casa, apartamento, chalés, etc.) situados em zona rural. Caracterizam-se pela alta qualidade do edifício – tradicional ou típico – e pela acolhida.

Fonte: Manual Operacional do TR/1994.

No Brasil, o Turismo Rural (TR) foi implantado, desde 1986, no município de Lages (SC) e teve origem na necessidade de se criar um produto turístico para o município como alternativa econômica, bem como proporcionar uma nova fonte de renda ao produtor rural. Atualmente, existem atividades de agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, hotéis-fazendas e fazendas-hotéis, com o aproveitamento da aptidão de cada propriedade rural e opção entre diversas atividades. No entanto, as atividades turísticas no meio rural ainda carecem de incentivo político e financeiro para o seu desenvolvimento.

Embora o interior do Brasil apresente diversos locais ricos em características naturais e culturais, com enorme potencial para o TR, são poucos os exemplos de iniciativas para essa modalidade de turismo no País. O quadro 2 destaca algumas iniciativas de explorações turísticas no Brasil.

De acordo com Campanhola e Silva (1999), estudos realizados pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB, em convênio com o Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, concluiu-se que a falta de infra-estrutura de hospedagem, de modo geral, e hotéis com baixa qualidade, em alguns casos, constituem os principais entraves ao

maior desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. Acrescente-se a isso a falta de sinalização e a pouca divulgação dos diferentes atrativos.

Nas regiões Sul e Sudeste, o TR vem se desenvolvendo de forma bastante satisfatória. No Rio Grande do Sul, há uma programação de lazer relacionada à natureza e às áreas rurais nos municípios da "Quarta Colônia", região rica em tradição e cultura. Na Serra Gaúcha e na região central, encontram-se os núcleos mais expressivos de ecoturismo. No Paraná, de três pólos ecoturísticos – Paranaguá e Serra da Graciosa, Campos Gerais e Costa Oeste –, apenas neste último, onde está localizado o Parque Nacional de Iguazu, apresenta infra-estrutura adequada. No Rio de Janeiro, encontramos a "Rota do Café" na região de Vassouras e a "Rota da Truta" nas regiões serranas.

Na Região Centro-Oeste, existem iniciativas isoladas, mas de pouca representatividade. Apenas Mato Grosso do Sul vem apresentando resultados animadores, com o crescente número de propriedades aderindo a atividades turísticas, entre elas o ecoturismo, hotéis-fazendas e pousadas rurais no Pantanal. O ecoturismo mudou o perfil econômico local de Bonito, que praticamente abandonou a mineração de calcário e a agropecuária. No Estado de Goiás, há três núcleos de ecoturismo: a Chapada dos Veadeiros, Pirenópolis e o Parque das Emas.

Na Região Norte, existem boas iniciativas na atividade do ecoturismo, e quanto ao TR não há muitas informações. A Floresta Amazônica ocupa a Região Norte do Brasil, abrangendo cerca de 47% do território nacional.

No Nordeste, praticamente não existem políticas de incentivos. Na Bahia, estão sendo realizados alguns projetos e trabalhos de conscientização. Podemos verificar a Rota do Cacau, e em Pernambuco o TR teve início na Microrregião de Garanhuns, localizada no Agreste Meridional, com algumas iniciativas particulares, e pode-se encontrar também o Roteiro dos Engenhos, na Zona da Mata Norte, este ainda em fase bastante inicial. Nessa área, as casas grandes e as moitas dos antigos engenhos se mantiveram em sua maioria, ao contrário da Mata Sul, onde a luta entre o senhor

de engenho e a usina levou à destruição desses dois símbolos do poder do senhor de engenho.

Quadro 2 - Exemplos de iniciativas de turismo no meio rural no Brasil

LOCAL	ATIVIDADES
Pantanal MT/MS	Construção de hotéis e pousadas; safáris fotográficos, excursões pela mata e focagem de jacarés; Valorização e incentivo à realização de festas típicas tradicionais da região, churrascos estilo pantaneiro.
Lages-SC	TR (Informação e participação nas atividades produtivas das fazendas receptoras, gastronomia, cavalgadas, divulgação da cultura local).
Monte Verde, Camanducaia-MG	Clima frio. Construção de hotéis e pousadas; organização de caminhadas por trilhas e alpinismo. Incentivo à manutenção das tradições locais, vendas de produtos artesanais.
Santos-SP	Implantação de um projeto piloto de ecoturismo, na Vila Iatatinga. A área é formada por três ecossistemas: mata de encosta, manguezal e restinga.
Minas Gerais	Atividade de TR consolidada aproximadamente há uns cinco anos.
São Paulo	Início em 1996 do programa VOLTA AO CAMPO; algumas fazendas já desenvolvem o TR.
Lavras do Sul-RS	Fazendeiros recebem os hóspedes no Centro da Cultura e os levam até suas propriedades, onde são acomodados como amigos ou gente da família e participam das "lides rampeiras".
Garanhuns-PE	Algumas atividades de Agroturismo e TR.
Zona da Mata Norte-PE	Antigos engenhos em introduzindo o turismo rural nas propriedades

Fonte: ZIMMERMANN, Adonis e CASTRO, I. C. de. Turismo Rural um Modelo Brasileiro, 1996.

2 Planejamento e Gestão do Turismo Sustentável

2.1 Política nacional de turismo e base institucional

A Constituição Federal de 1988, ao abordar, no título VII, a Ordem Econômica e Financeira, no capítulo I desse título, estabelece os Princípios Gerais da Atividade Econômica. E é nesse capítulo, no art. 180, que o turismo aparece contemplado:

Art. 180 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

A legislação institucional pertinente à Política Nacional de Turismo resume-se ao teor da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, cujo Artigo 3º estabelece competência à Embratur, e no Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, que a regulamenta. De acordo com o mencionado Artigo, compete à Embratur:

[...]

VIII – inventariar, hierarquizar e ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico¹³ e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação, de acordo com a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

IX – estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes.

¹³ De acordo com Art. 1º da Lei 6.513/77, são consideradas de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural, protegidos por legislação específica e, especialmente, os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas e ou lazer; as fontes hidrominerais aproveitáveis; as localidades que apresentam condições climáticas especiais; outros que venham a ser definidos, na forma desta Lei.

Sendo objetivo da Política Nacional de Turismo, conforme o Art. 3º do Decreto nº 448/92:

[...]

VI – estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação.

A ação dos Estados e Municípios é abordada no capítulo IV da Lei 6.513/77 e preconiza o seguinte:

Art. 20 – A Embratur fica autorizada a firmar os convênios que se fizerem necessários com os governos estaduais e municipais, interessados, para:

I – execução nos respectivos territórios, e no que for de sua competência, desta Lei e dos atos normativos dela decorrentes;

II – elaboração e execução dos planos e programas a que se referem os arts. 12 e seguintes;

III – compatibilização de sua ação, respeitando-se as respectivas esferas de competência e os interesses peculiares do Estado, dos municípios e da região metropolitana interessados.

Parágrafo Único – A Embratur fica também autorizada a firmar convênios com órgãos e entidades federais, estaduais, metropolitanas e municipais visando à preservação do patrimônio cultural e natural, sempre com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), respeitando o disposto no art. 6º, § 1º.

Art. 21 – Poderão ser instituídas Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, complementarmente, a nível estadual, metropolitano ou municipal, nos termos de legislação própria, observadas as diretrizes fixadas na presente Lei.

Art. 22 – Declarados, a nível federal, Área Especial de Interesse Turístico, ou Locais de Interesse Turístico, os órgãos e entidades mencionados no art. 5º prestarão toda a assistência necessária aos governos estaduais e municipais interessados, para a compatibilização de sua legislação com as diretrizes, planos e programas decorrentes da presente Lei.

Art. 23 – A Embratur e os órgãos, entidades e agências federais que tenham programas de apoio à atividade turística darão prioridade, na concessão de quaisquer estímulos fiscais ou financeiros, aos Estados e Municípios que hajam compatibilizado sua legislação com a presente Lei e aos empreendimentos neles localizados.

O Governo brasileiro define a atual Política Nacional de Turismo como:

um conjunto de diretrizes, estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo Estado, através do MICT-EMBRATUR, pelo Sistema Oficial de Turismo e pela iniciativa privada, por intermédio da Câmara Setorial do Turismo, e está orientada para a parceria entre governo e iniciativa privada, com ênfase na descentralização de competências e responsabilidades, no fortalecimento institucional e na capacitação dos órgãos e empresas de turismo, tendo como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e do desenvolvimento econômico.¹⁴

No turismo, o Estado deverá cuidar do planejamento e legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica; zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que regulamentem e facilitem o funcionamento dos serviços nas destinações turísticas que atendam aos interesses e necessidades dos turistas (RUSCHMANN, 1999:84).

O Item 3 do Código Mundial de Ética do Turismo, que trata do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, faz referências à questão da sustentabilidade do ambiente no processo de desenvolvimento turístico:

- 1) É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.

Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

Lopes et al. (1996) afirmam que a necessidade de intervir e solucionar o processo de degradação ambiental incentivou o desenvolvimento de parcerias entre o governo e o setor privado, tais parcerias resultantes da "constatação da inoperância das políticas de defesa e recuperação do meio ambiente, sobretudo as de responsabilidade do governo federal". Essa situação impulsionou os governos

¹⁴ **Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas** 1996-1999. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/ EMBRATUR- Instituto Brasileiro do Turismo, 1996. 45p.

estaduais e municipais a assumirem uma posição mais atuante nas questões ambientais.

A manutenção do meio ambiente em padrões que correspondam às necessidades dos turistas e dos habitantes das localidades turísticas e aos objetivos nacionais é responsabilidade dos governos nos níveis local, regional, nacional e internacional, sendo responsabilidade do governo local, conforme Ruschmann (1999:89):

- Maximizar ou legitimar os recursos locais que apresentem alto potencial para o desenvolvimento turístico;
- Respeitar as características naturais e culturais das localidades;
- Determinar as responsabilidades do setor público e o envolvimento (ou não) do setor privado nas ações relativas ao planejamento do turismo, da cidade, do uso do solo e dos transportes, da administração da saúde pública e dos programas de recreação para a população e para os turistas;
- Proteger as áreas frágeis às pressões provocadas pela visita dos turistas.

Bacal e Miranda (1997:75) apresentam algumas sugestões para um ordenamento jurídico dos municípios com vocação turística, visando ao equacionamento e à implantação da atividade turística local: a obrigatoriedade de um Plano Diretor; inserir artigos na Lei de Uso e Ocupação do Solo, estabelecendo proteção da comunidade contra a poluição sonora, visual e do meio ambiente; estabelecer convênios com entidades visando à instalação de unidades de ensino profissionalizante, criar e desenvolver uma Política Ambiental; criar o Conselho Municipal de Turismo e um Organismo de Defesa do Consumidor Turístico.

A Embratur, quando fixou as principais Diretrizes, Estratégias e Programas na Política Nacional de Turismo, incluiu o turismo rural como parte da Diversificação do Produto Turístico Nacional. As estratégias definidas pela Embratur para o desenvolvimento do TR são:

- Compatibilizar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos, destacando-se a importância do patrimônio natural e sociocultural e o respeito à integridade desses recursos;
- Criar uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala, priorizando-se a coordenação local e comercial, a personalidade do meio rural que difere do litoral, por apresentar recursos, clientela e motivações específicas;
- Promover um turismo organizado e administrado pela população rural com uma oferta em pequena escala, o que torna essa estratégia possível e permite que benefícios econômicos do turismo tenham incidência na sociedade rural;
- Possibilitar contato com a natureza por meio da criação e promoção de atividades ao ar livre; do estabelecimento de diálogo entre visitantes e visitados; e da investigação e fomento de fórmulas de intercâmbio sociocultural entre os turistas e a população residente.

Em 1994, foi lançado, pela Embratur, o Manual Operacional do Turismo Rural, com o objetivo de apresentar e sugerir alguns modelos de funcionamento e gestão do Turismo Rural, particularmente a quem estivesse interessado em ingressar na atividade.

Graziano da Silva et al. (2000) afirmam que segundo informações da Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR, o crescimento desordenado dessa atividade tem gerado uma série de problemas, tais como dificuldade de enquadramento do pessoal ocupado (trabalhador rural ou serviço) e especialização das fazendas nas atividades de turismo e hotelaria em detrimento de sua atividade agrícola ou pecuária original.

2.2 Planejamento turístico

Entende-se o planejamento como:

um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos (ESTOL e ALBUQUERQUE apud RUSCHMANN, 1999:84).

O turismo, sendo um consumidor de paisagens, transformando-as ou omitindo aspectos de suas realidades paisagísticas que não sejam relevantes à oferta turística, pode provocar alterações ora mais ora menos severas no uso do solo, podendo ocasionar profundas marcas na morfologia das paisagens. E, ao consumir territórios, a atividade turística provoca modificações no uso do solo, quebrando antigas coexistências e equilíbrios de elementos da paisagem, gerando uma série de novas interações e estresses entre os assentamentos humanos e o sistema biofísico (BARROS, 1998:34).

Entretanto, há formas de atividades turísticas que por meio do gerenciamento do meio ambiente tentam deter a ação destrutiva do turismo de massa sobre as paisagens, buscando o desenvolvimento econômico e tecnológico, sem a destruição da natureza e do patrimônio cultural preexistentes. Zimmermann (1996) sugere o planejamento turístico como uma opção para o ordenamento desse crescimento, maximizando seus benefícios e minimizando seus prejuízos.

Requena & Avilés (1993) alertam para que haja atenção no planejamento da capacidade turística de cada local, a fim de que o aumento da capacidade de hospedagem além dos limites desejáveis, degradação do ambiente, perda do elemento humano e das relações personalizadas, ou seja, uma superavaliação da dimensão turística do processo de desenvolvimento local, não provoque a estagnação, regressão e perda da autenticidade do local, com a incorporação de características típicas do estilo de vida dos grandes centros urbanos.

Além dessa superavaliação, a falta de planejamento e de objetivos concretos, bem como um nível de formação profissional e de enquadramento muito aquém das exigências de uma oferta turística de qualidade, constitui outro fator de fragilidade desse modelo de desenvolvimento para o turismo, mesmo em áreas favorecidas pelos recursos naturais e culturais.

Oxinalde (1994) sugere alguns critérios a serem adotados pelas agências de viagens, municípios e hotelaria, para garantia de um turismo consciente e responsável, de baixo impacto ambiental, a seguir:

- **Hotelaria** - utilização de edificações existentes; se houver necessidade de nova construção, esta não deve ser demasiadamente grande, devendo ser realizado estudo prévio de impacto ambiental e adoção de medidas para minimizar os impactos negativos; utilização de material de construção ecológico; uso de energia alternativa (solar, eólica, etc.); adequada orientação do edifício para aproveitamento passivo da energia solar; instalação elétrica corretamente planejada e sem pontos de luz supérfluos; decoração interior adequada à tradição do local; utilização de alimentos regionais, evitando a compra de alimentos exóticos; compra direta de produtos aos agricultores da região; evitar o emprego de conservas, oferecendo comidas naturais; contratação de mão-de-obra local; conexão boa e adequada com a rede de transporte público; informações sobre transporte público para os hóspedes e recomendações para fomentar sua utilização;
- **Município** - inventário de hotéis e pousadas que mantêm uma gestão de economia de energia e de água, reciclagem e redução do volume de resíduos; exigência de estudos de impacto ambiental para todos os projetos públicos e privados com impactos previsíveis sobre o meio ambiente; serviço de assessoria ambiental para empresas e cidadãos; adoção de medidas para a regulação de visitantes nos espaços com valores naturais; adoção de medidas para assegurar a recarga dos aquíferos e a qualidade da água; elaboração de

um plano integral de tráfego (redução e racionalização, ciclovias, melhorar o transporte público); concessão de subvenções e prêmios às empresas que adotem medidas de proteção do meio ambiente; fomento da agricultura extensiva ou ecológica e concessão de ajudas e facilidade para os produtores que queiram alojar hóspedes em suas casas; oferta de atividades sociais e culturais com participação da população local; primar pela reabilitação de edificações já existentes e em desuso, frente à construção de novos edifícios; elaboração de um planejamento visando à redução de consumo e utilização de energias alternativas, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos; organização de seminários e cursos para pessoas relacionadas profissionalmente com o turismo; conscientização da população para a colaboração na construção de uma oferta de turismo consciente e responsável, ainda que, em um primeiro momento, os benefícios sejam menores; elaboração de códigos de comportamento para turistas.

- **Agências de viagens** - dar preferência às áreas onde se realiza uma adequada gestão ambiental e de conservação da natureza; excluir áreas com grave deterioração ambiental; eleger hotéis, pousadas e estabelecimentos com preocupação ecológica e gestão ambiental em sua atividade e evitar aqueles que tenham causado forte impacto ambiental; dar preferência aos restaurantes que oferecem comidas regionais, compram diretamente a agricultores locais ou nos mercados locais e adotam medidas para a redução do volume de lixo gerado, formação permanente de guias e monitores (de preferência locais) em aspectos ambientais e sociais; organizar um encontro prévio com os viajantes, para dar informações sobre as características ambientais e sociais do destino e após a viagem para troca de experiências, reflexão e sugestão sobre a situação ambiental e social do lugar.

O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitam o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

O planejamento do turismo deve destacar de forma significativa a questão ecológica, esclarecendo à população as vantagens advindas do desenvolvimento sustentável, da aprovação e cumprimento da legislação que preserve o ambiente natural e cultural e como isso afeta de forma significativa a qualidade de vida vigente na comunidade local.

É também fundamental, para atender a esse objetivo, que as empresas engajadas nas atividades turísticas incorporem em seus projetos de implantação de empreendimentos a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Tais instrumentos são de grande valia para o planejamento desses empreendimentos e constituem marcos importantes para a preservação ativa dos bens da natureza e dos bens culturais dos locais de recepção turística.

No Item 5 do Código Mundial de Ética do Turismo, que indica o turismo como atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino, encontram-se referências à importância da participação da população local:

- 1) As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente dos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram e, sobretudo, na criação de emprego direto ou indireto resultante.
- 2) As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos turísticos devem visar a sua melhor integração no contexto econômico e social local. Em caso de igualdade de competências, deve ser dada prioridade à contratação de mão-de-obra local.
- 3) Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento em face do declínio das tradicionais atividades econômicas.

E, no Item 4 do Código Mundial de Ética do Turismo, que trata do turismo como fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade, encontraremos referências sobre a preservação da cultura e produção de artesanatos:

- 4) A atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e que não provoque a sua padronização e empobrecimento.

2.3 Gestão do Turismo Sustentável

Swarbrooke (2000) afirma que a administração funcional pode contribuir com o desenvolvimento do turismo sustentável através das seguintes áreas: gestão de marketing, gestão de recursos humanos, gestão de operações e gestão financeira. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram apresentadas suas idéias apenas no que se refere à gestão de marketing e de recursos humanos (já citado).

O autor discorda da opinião de que o marketing é a antítese do turismo sustentável e que este só se aplicaria com a redução do poder do marketing no turismo. E apresenta a seguinte visão em que o marketing de turismo deve consistir:

- adotar uma perspectiva direcionada para fora, objetivando interpretar tendências dos segmentos de clientes, da concorrência e do meio ambiente global (inclusive o meio ambiente físico, social e cultural);
- agir de acordo com as necessidades do cliente, com base em um conhecimento detalhado dos clientes atuais e dos clientes potenciais;
- ter uma visão de futuro e ser inovador em termos de desenvolvimento de produto e de determinar o valor agregado;
- atentar para o equilíbrio entre as exigências a longo prazo para sustentar a base de ativos e as necessidades a curto prazo, a fim de satisfazer os clientes e gerar lucros. Nas viagens e no turismo, a qualidade do meio nas destinações é uma parte fundamental da base de ativos;

- basear-se principalmente na percepção das necessidades de grupos ou segmentos de clientes, e não na conveniência operacional dos fornecedores de serviços.

Afirma também que para influenciar o comportamento de um turista é necessário entender suas motivações, como ele pensa, o que está procurando e quais fatores o influenciam em suas decisões de compra. E a empresa ou localidade deve fazer uma auto-análise que resulte numa visão realista tanto de sua situação atual em relação ao turismo sustentável quanto das oportunidades e ameaças futuras, ficando em condições de planejar sua estratégia de que, após sua definição, o desafio seguinte seria implementá-la mediante a manipulação dos quatro Ps – produto, preço, praça e promoção.

Para o desenvolvimento de um turismo mais sustentável, a dimensão do produto deve conter o princípio de oferecimento de produtos que sejam mais sustentáveis na natureza, como, por exemplo, iniciativas de turismo baseadas em pequenas comunidades rurais. Quanto ao preço pago pelo turista, é necessário que gere benefícios adequados para a comunidade local, cubra os custos necessários para corrigir os danos causados ao meio ambiente e permita o pagamento de um salário razoável aos empregados.

E, para isso, sugere três formas de estratégias genéricas apresentadas por Michael Porter, que são:

- **Custo de Liderança** – oferecimento de um produto mais barato que o da concorrência, com a finalidade de conquistar mais clientes graças a seu preço competitivo, ou vendê-lo pelo preço normal, aumentando a margem de lucro. A desvantagem é que o menor preço não proporciona os benefícios econômicos potenciais do turismo para a comunidade nem mantém uma imagem de qualidade do produto.
- **Enfoque no Mercado** – a área ou região se dispõe a tornar-se líder reconhecida num determinado segmento de mercado.

- **Produto Diferenciável** – oferecimento de um produto diferenciado daquele oferecido pela concorrência. Com ênfase na qualidade, é o mais adequado ao turismo sustentável e desenvolvimento rural.

2.4 Desenvolvimento local e iniciativas governamentais

O conceito de desenvolvimento local conta com uma trajetória de mais de vinte anos na Europa. As primeiras formulações coincidem com um período de crise econômica no continente, nos anos 70 do século XX. Nesse contexto, considera-se que o interesse pelo desenvolvimento local aparece como uma resposta direta dos agentes locais aos novos desafios derivados dos processos de reestruturação e ajuste econômico. Dessa maneira, a discussão e a ênfase na iniciativa local constituiu a parte fundamental de um amplo processo de tomada de consciência, em nível local, da necessidade de reverter os efeitos sociais negativos decorrentes do funcionamento do sistema econômico. Assim, a mobilização em favor de respostas locais tinha como objetivo central gerar mecanismos próprios de reação frente às macrotransformações por que passava o capitalismo (CORTEGGIANO e JUNCAL, 1998).

Como consequência, o desenvolvimento local pode ser definido, conforme Corteggiano e Juncal (1998), como:

a mobilização coordenada dos agentes sociais e econômicos locais – de acordo com o interesse comum de defesa e dinamização de sua região – com o objetivo de assumir as responsabilidades de planejamento e gestão das estratégias de desenvolvimento e promoção de atividades correspondentes, a partir de iniciativas e recursos locais.

As estratégias adotadas correspondem a aspectos produtivos e econômicos relacionados à promoção da atividade econômica. Assim, uma concepção desenvolvida do mesmo conceito deve incluir, também, as estratégias e perspectivas de caráter social e de meio ambiente.

As macropolíticas devem levar em consideração as diferenças entre os territórios sobre os quais serão desenvolvidas as intervenções, identificando-se um

conjunto de instrumentos de intervenção na escala local, sem deixar de considerar a perspectiva global, de maneira a não gerar uma visão demasiado localista (CORTEGGIANO e JUNCAL, 1998).

Cavalcanti (1997) alerta para que a política de governo para o desenvolvimento sustentável esteja atenta à capacidade de suporte, adotando uma ação que reconheça os limites dos recursos naturais, garantindo também o nível do produto social, bem como a qualidade de vida e do meio ambiente natural. No entanto, um processo de desenvolvimento local, além de mobilizar fontes de financiamento públicas e privadas, envolve, também, atores locais.

A Agenda 21 Global, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro, é uma referência para iniciar uma política de desenvolvimento sustentável e consiste em um plano de ação estratégico que objetiva promover, em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, um instrumento que pode ser utilizado por qualquer instância de governo seja ele nacional, estadual ou municipal, e mesmo em empresas e instituições. Divide-se em 40 capítulos, que tratam dos seguintes pontos:

- aspectos sociais e econômicos;
- aspectos ambientais e gerenciamento de recursos naturais;
- fortalecimento dos principais grupos sociais;
- meios de implementação.

A partir daí surgiu a Agenda 21 Local, que é "um processo participativo multissetorial de construção de um programa de ação estratégica dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local".

A condução dos trabalhos de elaboração da Agenda 21 Local deve ficar sob a responsabilidade de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável com a participação dos diversos segmentos locais, sendo necessário o desenvolvimento de uma visão compartilhada entre esses parceiros (BARBIERI e LAGE, 2001).

Além da Agenda 21, que é uma importante referência, há muitas outras que também devem ser consideradas para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento, como os elementos que compõem os índices de Desenvolvimento Humano - IDH e de Condições de Vida - ICV.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano foi apresentado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no qual introduziu uma nova conceituação do desenvolvimento e um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial, combinando três componentes básicos de desenvolvimento:

- a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer;
- a educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior;
- a renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, por meio da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

Esse novo conceito representou um grande avanço, por incorporar dimensões que ultrapassavam a abordagem meramente econômica, gerando grande impacto nos governos, na comunidade acadêmica e na opinião pública.

Em 1996, o PNUD e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA publicaram o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, apresentando o IDH e seus componentes desagregados por grandes regiões e por Estados, permitindo assim um mapeamento muito mais preciso do desenvolvimento humano no Brasil e uma análise muito mais acurada das disparidades existentes no país, que não podem ser percebidas quando se trabalha apenas com as médias nacionais dos indicadores (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998).

Naquele mesmo ano, a Fundação João Pinheiro - FJP associou-se ao IPEA, e foram criados dois novos índices: o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e o Índice de Condições de Vida (ICV). O ICV é uma extensão do IDH-M, que incorpora, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as dimensões infância e habitação.

Adaptados a partir da metodologia do PNUD, pela primeira vez, foram calculados índices de desenvolvimento humano referentes ao nível local - municípios e microrregiões.

Entre as iniciativas do Governo Federal que objetivam promover o desenvolvimento sustentável, pode-se citar: o Programa Farol de Desenvolvimento, voltado para a discussão, identificação e viabilização de vocações e potencialidades econômicas locais, visando ao desenvolvimento local, integrado e sustentável dos municípios; Programa Comunidade Ativa, lançado em 1999, foi constituído como nova estratégia do Programa Comunidade Solidária para superar a pobreza e promover o desenvolvimento local. O critério adotado para a seleção dos municípios baseou-se nos baixos indicadores sociais e pela estrutura mínima necessária à execução do Programa de Desenvolvimento Local e Sustentável - DLIS. Durante o processo participativo de debates, a comunidade local, juntamente com o setor produtivo e o governo municipal, escolhe outros programas de governo para atender o município. Entre eles: Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades rurais. O PRONAF possui uma linha de crédito, "Linha Agregar", que se destina ao apoio financeiro a pessoas físicas e pessoas jurídicas para a realização de investimentos, incluindo a infra-estrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais, além da exploração do turismo.

O consórcio intermunicipal tem sido adotado como tentativa de alguns municípios de administrar obras e serviços de interesses comuns. Alguns Estados brasileiros já têm leis disciplinando consórcios municipais, como, por exemplo, experiências de consórcios em andamento no Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e São Paulo.

Em Pernambuco, a união de prefeituras na busca de uma solução conjunta para problemas comuns – tratamento de lixo, saúde, educação, abastecimento d'água, infra-estrutura – ganhou contornos mais definidos com o Projeto de Lei Complementar nº 730/2001, que disciplina a criação e implantação de consórcios intermunicipais no Estado, no qual é adotada a seguinte definição de consórcio municipal:

sociedade de municípios integrantes do mesmo aglomerado urbano ou microrregião, previamente autorizada por lei de iniciativa do respectivo prefeito, com a finalidade de executar serviço público ou obra de interesse comum, adquirir bens, produtos e equipamentos, ou realizar evento no âmbito de competência municipal.

Conforme trata o art. 2 do referido Projeto de Lei, constituem serviços possíveis de serem executados sob a forma consorciada por mútuo interesse os relacionados adiante: decorrentes da competência comum do Estado e dos Municípios; os decorrentes da competência dos Municípios; os relacionados com política de desenvolvimento econômico; os referentes ao estabelecimento de diretrizes e normas pertinentes ao desenvolvimento urbano, política agrícola e fundiária; relacionados às políticas de saúde pública, educação, cultura e desportos, proteção do meio ambiente, proteção do solo, dos recursos minerais e dos recursos hídricos; programas de assistência integral à criança e ao adolescente.

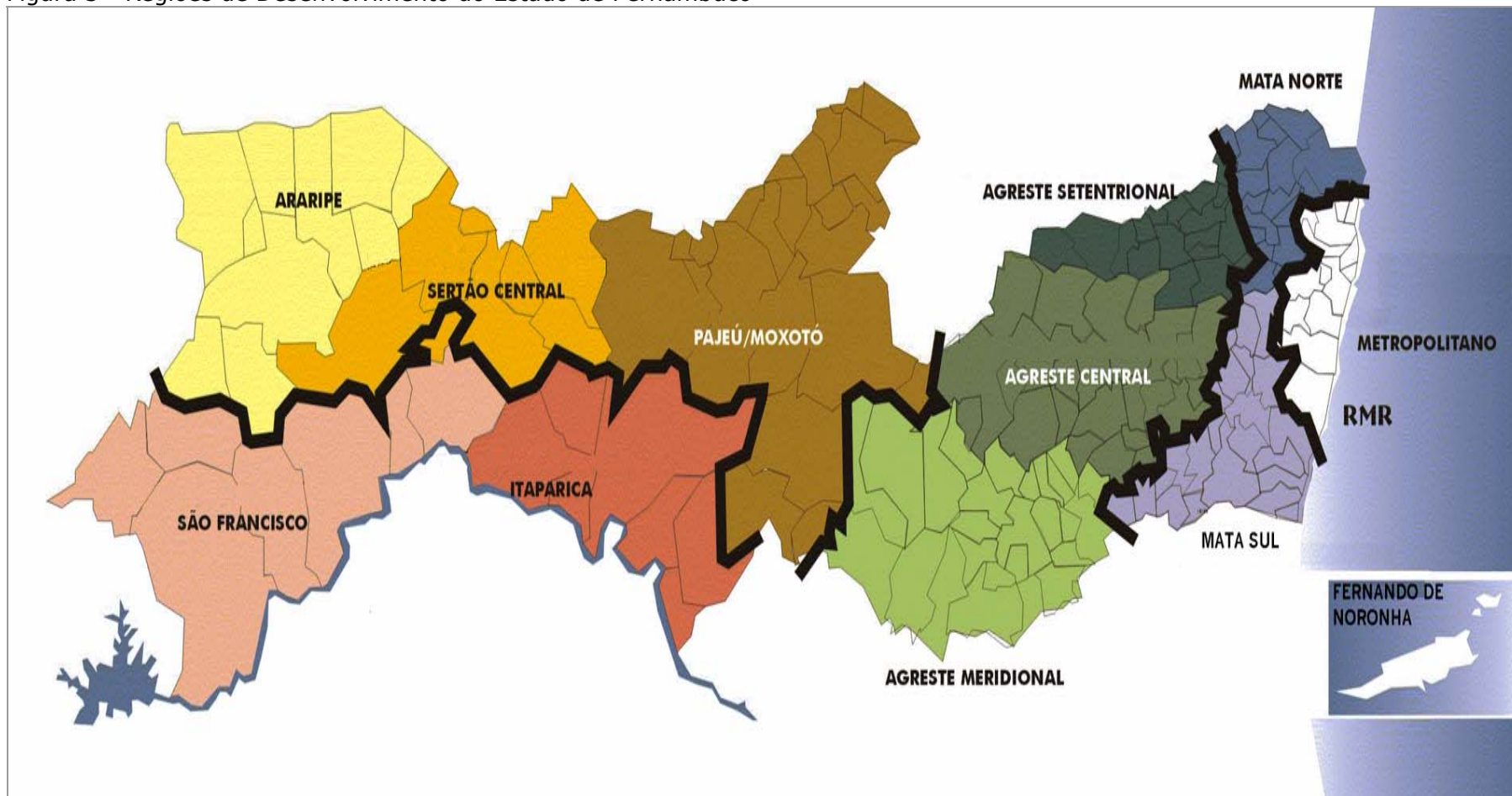
2.4.1 Propostas para o desenvolvimento da região do Agreste Meridional de Pernambuco

O governo de Pernambuco, em 1999, lançou o Programa Governo nos Municípios, para as 10 Regiões de Desenvolvimento - RDs do Estado, que, a partir de 2000, passaram a ser 11 RDs (Figura 3), objetivando promover o encontro de todos os setores da sociedade e o poder político dos municípios, para, em conjunto com o

Governo estadual, buscar um novo paradigma participativo de desenvolvimento (Figura 4) (FIDEM, 1999).

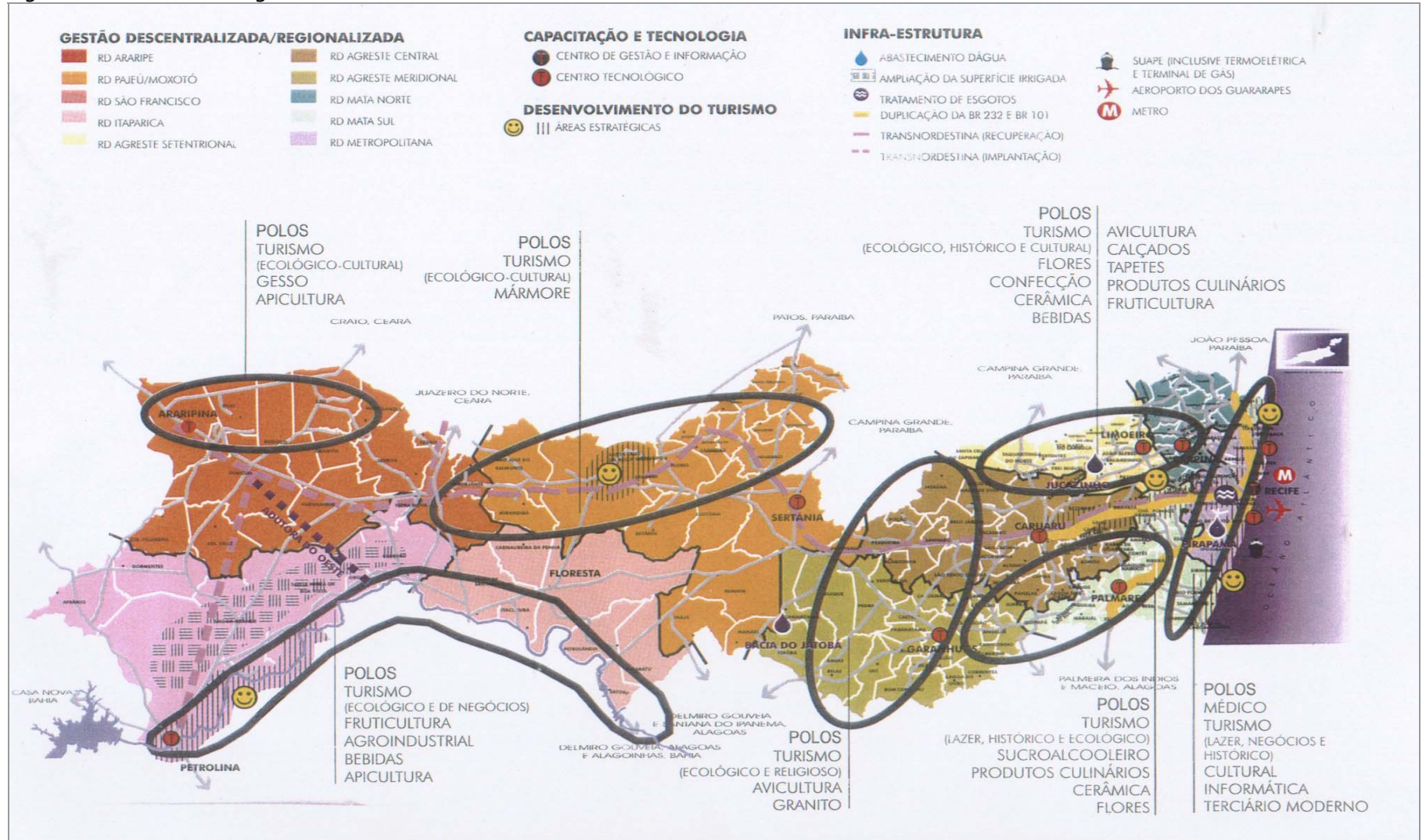
O Plano de Ação da RD Agreste Meridional foi elaborado com base em propostas prioritárias (Figura 5), resultantes de consulta pública e referências técnicas, para a consolidação de um planejamento e gestão descentralizados, tendo participado das discussões 26 municípios. Dentre as propostas prioritárias, destacam-se para o Agreste Meridional, na área de recursos hídricos: (barragem Lajedo, término da barragem Camarão, criação de açudes de médio e grande porte, poços artesianos e amazonas (estes últimos fazendo parte do PRO-ÁGUA/Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2000/2003); na área de infra-estrutura: despoluição do Rio Ipojuca (apoiado no Saneamento é Vida/PPA 2000/2003); na área de saúde: melhoria do atendimento nos hospitais, ambulatorios, postos de saúde (apoiado no Atendimento Ambulatorial/Emergencial e Hospitalar - PPA 2000/2003); na área de educação: municipalização de escolas, capacitação, interiorização de universidades, reativação de cursos técnicos agrícolas e estímulo ao esporte (todos com respaldo no programa Esporte Direito de Todos - PPA 2000/2003); na área de produção rural: apoio técnico a pequenos e médios produtores rurais e criação de cooperativas regionais para comercialização dos produtos agropecuários; e na área de ciência, tecnologia e meio ambiente: estudos para tratamento e destinação final dos resíduos sólidos (inserido no Programa Saneamento Básico - PPA 2000/2003).

Figura 3 - Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco



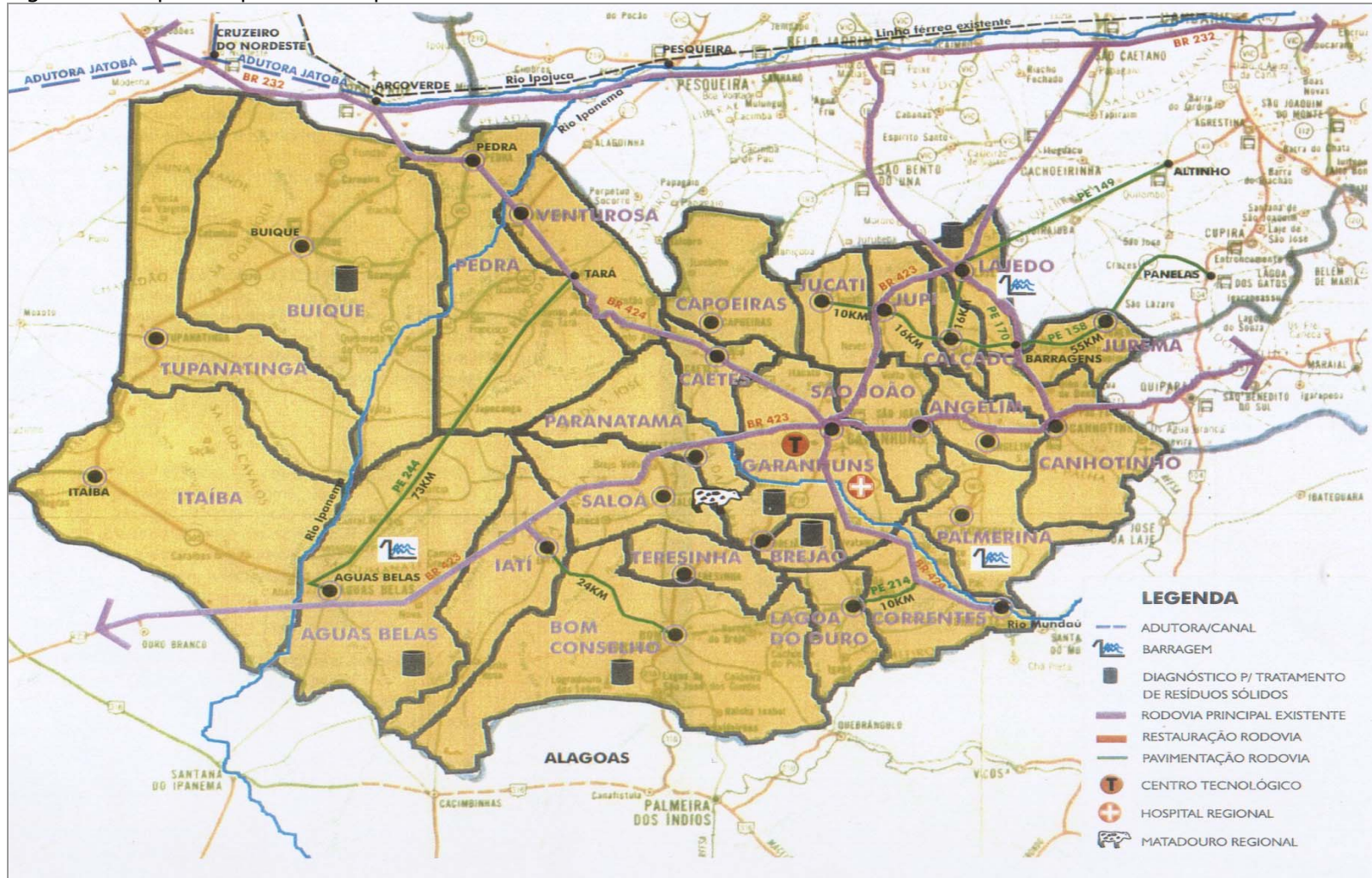
Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA.

Figura 4: Visão Estratégica de Pernambuco



Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA.

Figura 5: Propostas prioritárias para as RDs



Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA.

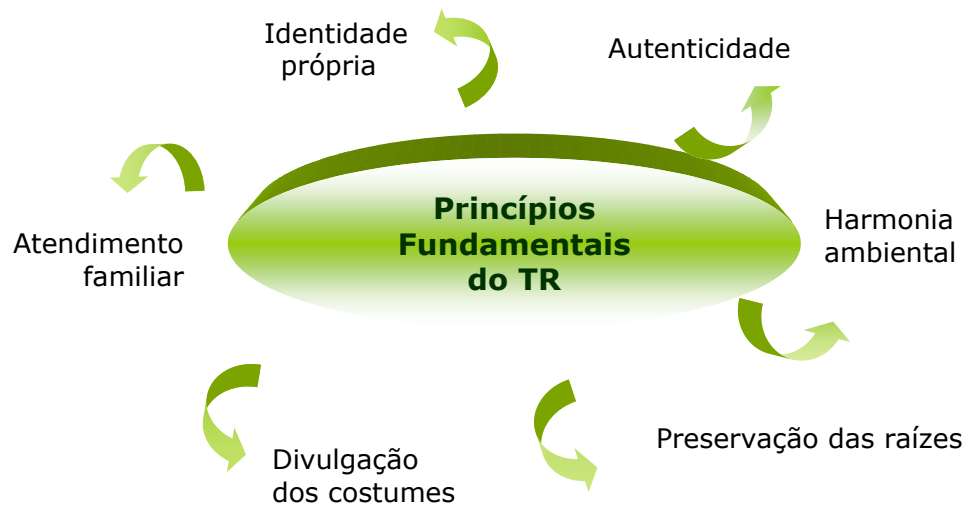
2.4.2 Contribuição do turismo ao desenvolvimento local

As profundas transformações ocorridas, nas duas últimas décadas, no meio rural brasileiro e a incorporação de atividades urbanas têm contribuído para que ele mude as características de essencialmente agrícola.

Entre as atividades não-agrícolas que têm se constituído como formas alternativas e/ou complementares de geração de renda no meio rural, destacam-se aquelas ligadas ao lazer e turismo, por promoverem o desenvolvimento de muitas outras atividades correlatas, contribuindo para o desenvolvimento de regiões e locais específicos, com melhoria na qualidade de vida local. E, conforme Silveira (1997), muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêem no turismo uma alternativa na busca desse desenvolvimento.

Zimmermann (1996) afirma que a atividade do turismo rural deve estar em harmonia com os interesses da comunidade local, do turismo e do meio ambiente. A harmonização desses fatores significa garantir a sustentabilidade da atividade por meio dos três elementos básicos: culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos. Considera, também, necessário obedecer a alguns princípios que formam o perfil da demanda turística no meio rural, ou seja, atendimento familiar e preservação das raízes, harmonia e sustentabilidade ambiental, autenticidade de identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade local (Figura 6).

Figura 6: Princípios Fundamentais do TR



Fonte: ZIMMERMANN, Adonis e CASTRO, I. C. de. Turismo Rural um modelo brasileiro, 1996.

Para que o turismo rural seja um fator real de desenvolvimento local, o caderno Leader (1995) apresenta algumas condições de base, que deverão ser cumpridas da melhor forma, para a elaboração de um modelo concreto dessa atividade, baseado não apenas em razões puramente conservadoras - a preocupação exclusiva de preservar o sistema de vida rural -, mas na necessidade de viabilidade econômica.

Primeiramente, deve-se estabelecer os objetivos visados para cada situação específica e, em seguida, determinar as ações a serem desenvolvidas, tendo em vista a oferta de um produto turístico atrativo e alternativo. Nesse sentido, uma série de condições prioritárias pode ser definida:

- manter um equilíbrio ideal entre os sistemas ecológicos, socioeconômicos e culturais da zona, ao mesmo tempo em que nela se introduz um processo de desenvolvimento e, portanto, de mudança;

- criar para a população local uma fonte de rendimentos suplementares que permita fazer face à crise dos sistemas agrícolas e das sociedades rurais, o que implica um controle local sobre as decisões de investimento;
- contribuir para a diversificação das atividades econômicas aumentando a oferta de serviços e de produtos locais, eles próprios fatores de uma maior capacidade de atração turística;
- promover o intercâmbio entre as culturas e as populações no conhecimento e respeito mútuos, como fator de solidariedade e coesão social;
- favorecer uma política coordenada de ordenamento do território, que permita melhorar a competitividade das atividades econômicas das zonas menos favorecidas, e dotá-las de infra-estruturas e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida, tanto para as populações locais como para os visitantes.

Segundo o mesmo caderno, seis fatores são decisivos para o nível de resultados, quaisquer que sejam as atividades:

- a capacidade de acolhimento e o nível de ocupação devem ser suficientes para amortizar os investimentos realizados;
- o nível de preços deve ser bem calculado: competitivo, para permitir o desenvolvimento, e rentável, para valorizar o trabalho e o capital investidos;
- o trabalho turístico, muito sazonal, deve integrar-se no calendário de trabalho da exploração rural;
- os encargos operacionais e de estrutura devem ser rigorosamente controlados;
- as atividades turísticas devem evitar ao máximo a sazonalidade;
- a formação e as aptidões pessoais para o desenvolvimento da atividade turística na exploração rural são igualmente importantes.

Labat e Perez apud Silva et al. (2000) consideram que o turismo rural só gera atividades que permitem o desenvolvimento econômico quando se localiza em núcleos

próximos a grandes cidades ou em locais com atrativos especiais. Todavia, os problemas resultantes da massificação do turismo rural que ocorrem nessas situações são muitos, destacando-se:

- localização extremamente pontual, que não permite o desenvolvimento de grandes áreas rurais;
- impactos ambientais graves decorrentes da proliferação desordenada de construções fora do núcleo rural;
- abandono, ainda que incompleto, das atividades agropecuárias existentes nessas zonas;
- excessiva terceirização da atividade econômica e grande dependência da atividade turística, sem que se desenvolvam atividades alternativas para a população local;
- desenvolvimento de um "turismo exógeno ao meio rural", realizado por agentes externos, com poucos benefícios para a população local (caso típico do turismo de inverno); e
- presença em certos casos de enclaves similares ao do turismo sol-praia, deixando à margem o meio rural e suas necessidades.

Roque e Vivan (2000) identificam alguns pontos fracos a serem considerados nas estratégias de desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro:

- falta de informações adequadas para a implantação de projetos de turismo rural;
- quando mal elaborado, o TR poderá criar a descaracterização do espaço e do homem rural;
- políticas públicas pouco desenvolvidas para apoiar as atividades de TER;
- linhas de créditos inexistentes ou inadequadas para implantação das atividades;
- falta de diretrizes básicas e normatizações para o gerenciamento do TER;

- falta de articulação entre as comunidades locais e os empreendimentos turísticos, como também mão-de-obra despreparada para prestação de serviço.

Portanto, o turismo, como atividade econômica bem planejada, pode tornar-se um novo elemento de produção em setores produtivos onde, até pouco tempo, não se cogitava atuar, o turismo no meio rural (ZIMMERMANN, 1996).

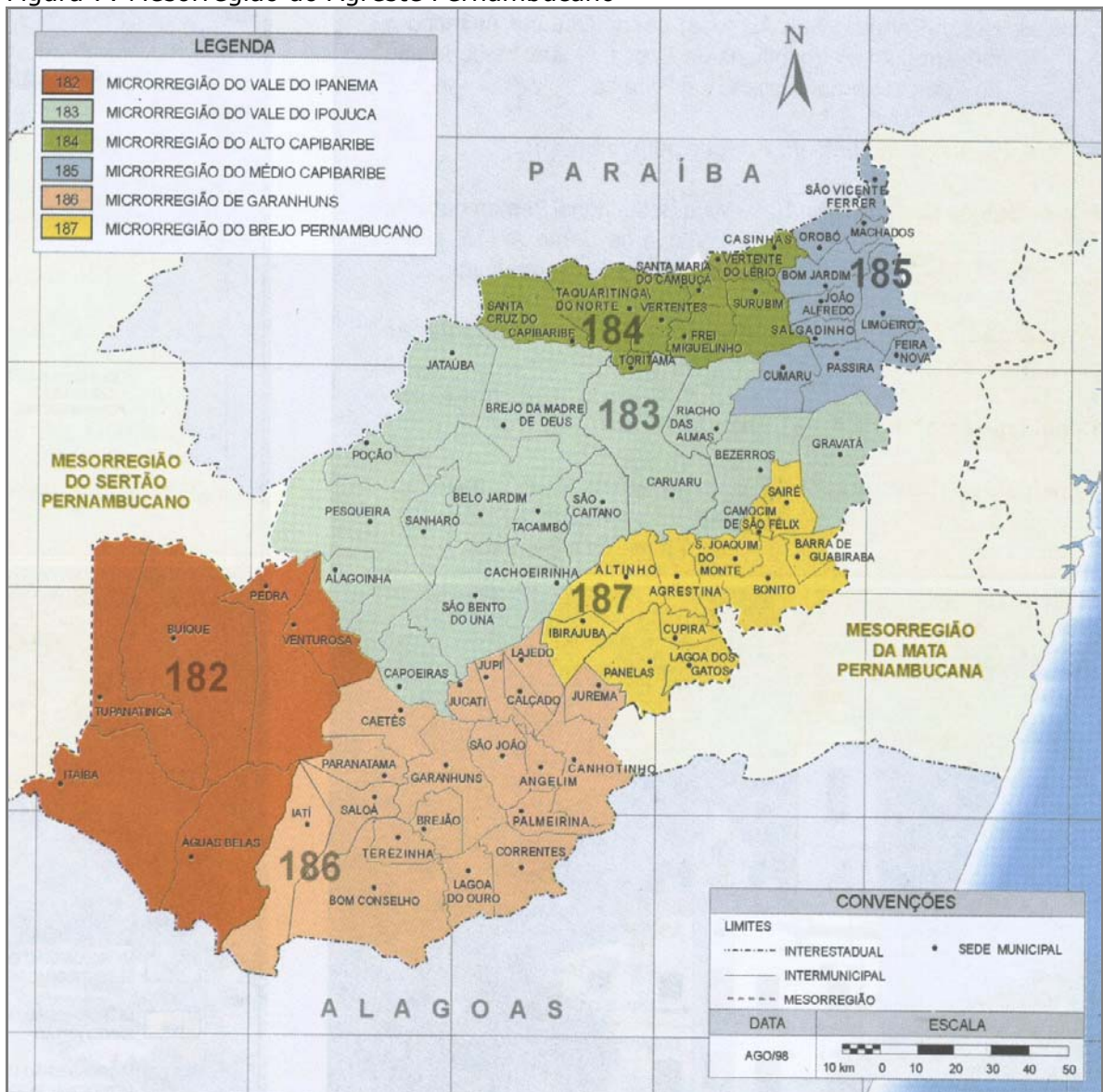
3 Microrregião de Garanhuns – potencialidades e vulnerabilidades

3.1 Caracterização da Microrregião de Garanhuns

A Microrregião de Garanhuns, situada ao sul de Pernambuco, no planalto da Borborema, a uma altitude de 850m, se estende entre as coordenadas geográficas 8°30' e 9°30' de latitude S e 36° e 37°05' de longitude WGr. Faz parte da Mesorregião do Agreste Meridional (Figura 8) e possui uma área de 5.028 km², que corresponde a 5,11% do território estadual, sendo composta por 19 municípios: Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Saloá, São João e Terezinha (IBGE, 1996).

Entre as 19 Microrregiões existentes em Pernambuco, a de Garanhuns apresentou, em 1991, um IDH-M de 0,416, ficando na 6ª posição em relação às demais, numa ordem crescente de valores (Tabela 1). E, entre os municípios que formam essa Microrregião, apenas Garanhuns apresentou um IDH-M de 0,557, classificado de médio desenvolvimento humano e ocupando a 154ª posição entre os 168 municípios de Pernambuco em ordem crescente de valores (Tabela 2), sendo que o maior IDH-M registrado foi de Recife: 0,790. No entanto, contrastando com a posição do município de Garanhuns, os demais municípios, registraram posições entre os mais baixos IDH-M do Estado, como se observa nas Tabelas 1 e 2.

Figura 7: Mesorregião do Agreste Pernambucano



Fonte: Atlas Escolar de Pernambuco – espaço geo-histórico e cultural, 2002.

Tabela 1: Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDH-M, Microrregiões-PE

MICRORREGIÃO		UF	IDH-M		
			1970	1980	1991
1.	Vale do Ipanema	PE			0.350
2.	Brejo Pernambucano	PE			0.359
3.	Araripina	PE			0.375
4.	Mata Meridional Pernambucana	PE			0.409
5.	Médio Capibaribe	PE			0.410
6.	Garanhuns	PE			0.416
7.	Sertão do Moxotó	PE			0.421
8.	Pajeú	PE			0.435
9.	Mata Setentrional Pernambucana	PE			0.438
10.	Salgueiro	PE			0.453
11.	Vitória de Santo Antão	PE			0.454
12.	Itaparica	PE			0.472
13.	Alto Capibaribe	PE			0.474
14.	Itamaracá	PE			0.482
15.	Vale do Ipojuca	PE			0.482
16.	Suape	PE			0.512
17.	Petrolina	PE			0.546
18.	Fernando de Noronha	PE			0.769
19.	Recife	PE			0.774
	Brasil	BR			0.742

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991.

Tabela 2: IDH-M dos Municípios da Microrregião de Garanhuns

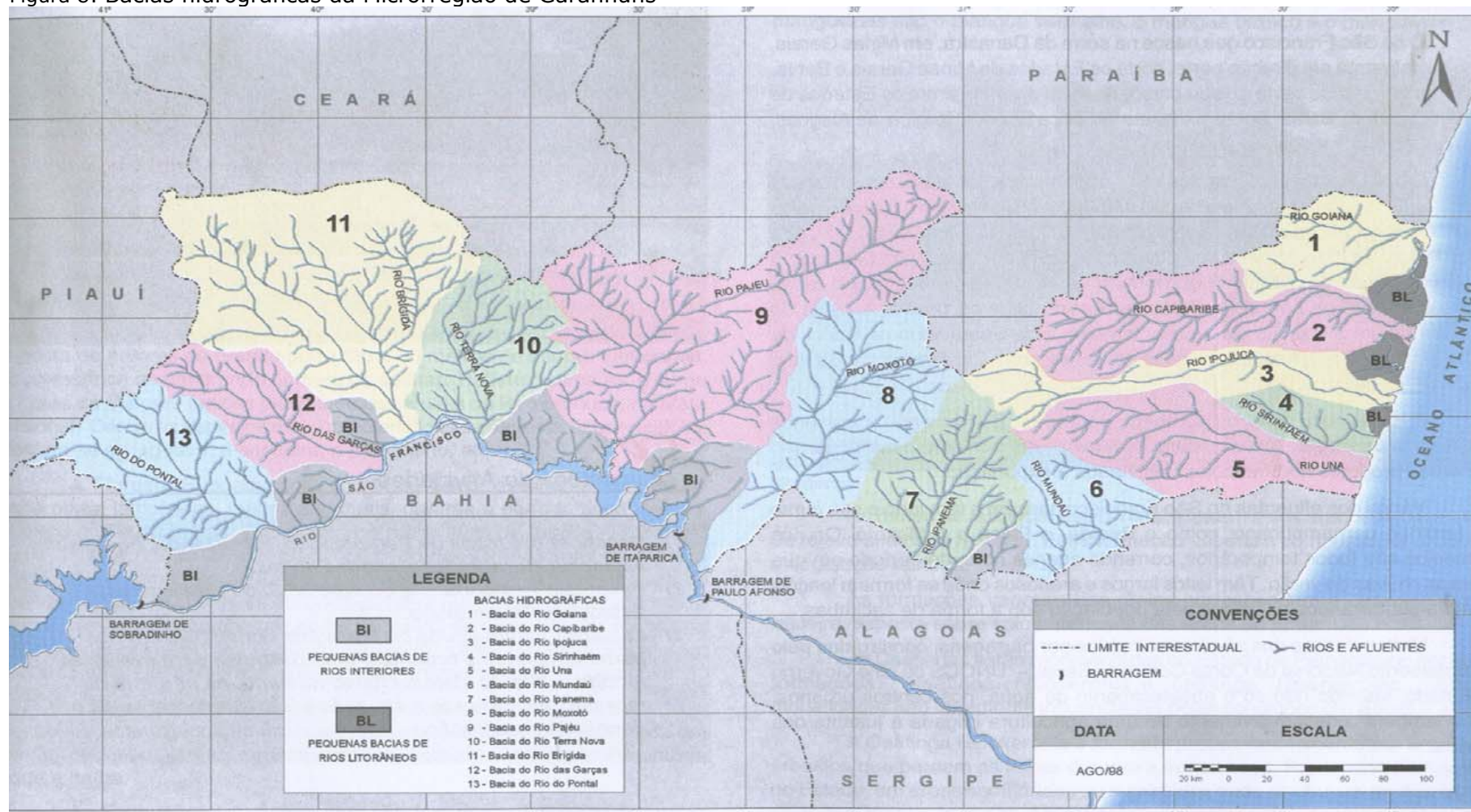
MUNICÍPIO		UF	IDH-M		
			1970	1980	1991
1.	Iati	PE	0,166	0,299	0,312
2.	Jurema	PE	0,197	0,280	0,315
3.	Brejão	PE	0,225	0,315	0,335
4.	Caetés	PE	0,184	0,289	0,335
5.	Canhotinho	PE	0,229	0,307	0,339
6.	Paranatama	PE	0,186	0,294	0,340
7.	São João	PE	0,194	0,304	0,341
8.	Calçado	PE	0,215	0,317	0,344
9.	Lagoa do Ouro	PE	0,248	0,330	0,346
10.	Jupi	PE	0,219	0,308	0,355
11.	Correntes	PE	0,252	0,338	0,362
12.	Capoeiras	PE	0,178	0,299	0,373
13.	Angelim	PE	0,220	0,332	0,375
14.	Palmeirina	PE	0,225	0,363	0,375
15.	Santa Terezinha	PE	0,280	0,318	0,377
16.	Saloá	PE	0,189	0,310	0,386
17.	Bom Conselho	PE	0,236	0,340	0,396
18.	Lajedo	PE	0,236	0,346	0,453
19.	Garanhuns	PE	0,318	0,454	0,557
	Pernambuco		0,332	0,502	0,572
	Brasil	BR	0,462	0,685	0,742

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991.

Do quadro natural que singulariza o conjunto espacial agrestino de Pernambuco, o fator climático tem papel fundamental, pois devido à sua altitude, é uma região privilegiada pelas suas condições climáticas (média máxima de 23° C e média mínima de 19° C). Ocorre predominância do clima semi-árido e vegetação de caatinga hiperxerófila, com relevo suave ondulado a ondulado, solos poucos desenvolvidos e de desenvolvimento intermediário, moderadamente profundos a rasos. Apresentando também áreas de brejos, com solos profundos, vegetação florestal e maior índice pluviométrico. A agricultura constitui a principal base econômica da maior parte das áreas de brejos, com destaque para o feijão, milho e a mandioca. As culturas permanentes do café e da fruticultura também contribuem para individualizar o quadro agrícola brejeiro. (IBGE, op. cit.).

Quanto à hidrografia, a área é drenada por nascentes de três importantes bacias: Una, Ipanema e Mundaú (Figura 8).

Figura 8: Bacias hidrográficas da Microrregião de Garanhuns



Fonte: Atlas Escolar de Pernambuco – espaço geo-histórico e cultural, 2002

3.1.1 Aspectos histórico-econômicos

A organização produtiva desse espaço baseia-se fundamentalmente na agropecuária e tem o município de Garanhuns como cidade-pólo, o qual desempenha funções de capital regional que, além de sua importância comercial, desenvolveu um potencial industrial voltado para o turismo e lazer, em função de suas condições climáticas.

O Agreste foi conquistado, povoado e economicamente integrado no processo produtivo do Nordeste, após a guerra holandesa, com a doação de sesmarias que favoreceram a constituição de grandes fazendas e a criação extensiva de gado. Dois eventos contribuíram para o surgimento dessas sesmarias: a destruição do Quilombo dos Palmares, que tinha influência em áreas que se estendiam desde Atalaia em Alagoas até Garanhuns, em Pernambuco, e a liquidação da "Confederação dos Cariris", com a expulsão dos índios cariris pelos pecuaristas que lhes tomaram a terra. Os remanescentes das tribos se recolheram às serras, aos brejos menos acessíveis e que despertavam menos interesse aos criadores de gado (ANDRADE, 1998).

Entretanto, segundo Andrade (op. cit.), a seca, aliada à falta de trabalho na pecuária, fez com que a população agrestina, em meados do século XVII, ocupasse os brejos de altitude, que passaram, a partir daí, a ser mais densamente povoados, e seus habitantes dedicando-se à agricultura de mantimentos e à cultura de cana-de-açúcar. E, na segunda metade do século, observou-se uma maior concentração populacional nas áreas úmidas de brejo, nas quais se localizavam Cimbres, Bom Jardim e Garanhuns, com predominância da agricultura de subsistência, existindo na região agrestina seis freguesias com população total de 14.086 habitantes.

Andrade (op. cit.) considera o **algodão** "um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços", e retrata o surto algodoeiro como verdadeira revolução agrária no Agreste, inclusive porque era viável para pequenos, médios e grandes produtores, permitindo uma capitalização das diferentes categorias de produtores:

...tivera relativa importância no primeiro século de colonização, fora praticamente eclipsada no século seguinte, para reaparecer, estuante de vida, no século XVIII e tornar-se uma das principais culturas agrícolas do Nordeste até quase os nossos dias. Vários fatores contribuíram para o seu desenvolvimento: o aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários, como o chamado "algodãozinho"; a descoberta da máquina a vapor e o seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente Revolução Industrial; a abertura dos portos às nações amigas por D. João VI, em 1808; e os eventos políticos internacionais (pág. 143).

De acordo com Sales (1982), a decadência da produção de algodão ocorreu, na opinião de produtores rurais, como conseqüência do desgaste do solo, e Andrade (1998:145) afirma que, "não fosse a crise de 1929-30, a praga da lagarta rosada e a expansão dos algodoads paulistas, e talvez hoje ainda fosse o algodão o grande concorrente do açúcar naquelas áreas nordestinas subúmidas..."

Na segunda metade do século XIX, o **café** surge como novo produto que viria ampliar a contribuição da agricultura à economia regional e transformar as paisagens agrestinas, devastando grandes áreas de mata nos brejos. As condições mesológicas favoráveis nos brejos¹⁵ e mão-de-obra assalariada barata facilitaram a cafeicultura, tornando-a a cultura comercial de maior importância dos brejos do Agreste pernambucano, sendo Pernambuco o principal produtor regional.

Desde o século XVIII, existia na estrutura econômica de Pernambuco uma articulação econômica entre as tradicionais regiões fisiográficas do Estado: a Zona da Mata, Agreste e Sertão. As unidades produtoras da Zona da Mata (Norte e Sul), especializadas na produção de açúcar de cana, demandavam alimentos da região agrestina e animais de tração da região sertaneja, bem como existia um forte comércio de escravos dessas últimas para a zona açucareira (ANDRADE, 1998).

A região agrestina, tradicional produtora de alimentos, especialmente nas áreas de brejo e outras propícias ao desenvolvimento da policultura, deparou com um crescimento da demanda por um conjunto de produtos alimentares, que se

¹⁵ De acordo com o geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade (1998:150), "a cultura era feita em vertentes relativamente altas que apresentavam condições de drenagem e aeração; os solos profundos conservavam a umidade e facilitavam a fixação de raízes. O sombreamento, de uso generalizado em quase toda a região, mantinha um razoável pH de solo e atenuava a erosão."

concentrava na cidade do Recife, como decorrência do crescimento do grau de urbanização engendrada pelo processo de industrialização.

As diversas atividades econômicas que se desenvolveram em Garanhuns foram assentadas, sobretudo, na criação de gado, lavouras de subsistência (milho, feijão, fava, mandioca) e lavouras comerciais (algodão e café). De acordo com Sales (1982), o clima de altitude propiciou o cultivo de café nas áreas úmidas dos "brejos", como por exemplo, o município de Brejão.

Nas primeiras décadas do século XX, as exportações do algodão e do café contribuíram para o desenvolvimento de Garanhuns. No entanto, a partir de 1950, o algodão entrou em decadência e o café, por sua vez, a partir de 1960, teve seu ponto máximo de decadência, com o plano de erradicação dos cafezais, efetivado pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC; na verdade, com a finalidade de abrir mercado para a crescente produção do Centro-Sul, sobretudo do Paraná. No final dos anos 70, o cultivo do café teve novo surto de expansão por intermédio do plano de renovação dos cafezais implantado pelo IBC, embora essa mudança de ação do IBC tenha sido vista com desconfiança por parte dos produtores.

No que diz respeito ao setor agrário, o plano de erradicação dos cafezais contribuiu para a especialização no **criatório de gado** (de leite e corte) revelando-o como atividade de maior expressão econômica, situando-se nessa Microrregião a chamada Bacia Leiteira do Estado. Entretanto, como afirma Sales (op. cit.), não houve apenas uma substituição da cultura cafeeira pela de frutas e verduras ou pela pecuária bovina, mas a substituição foi realizada com "base nos incentivos financeiros postos à disposição dos produtores rurais". Vivia-se o período das grandes políticas de planejamento para o setor agropecuário, para a modernização dessa atividade.

Em meados da década de 60, a instalação da Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco – CILPE, como compradora da produção de leite local, foi de fundamental importância para esse incremento da produção leiteira, que, atualmente, é destinada à fábrica Parmalat, com a privatização da CILPE.

Em 1998, a rigorosa seca que assolou o Sertão, Agreste e Zona da Mata de Pernambuco afetou diretamente a bacia leiteira do Estado. Os rebanhos, que compõem a bacia de 28 municípios do Agreste Meridional e que já foram de mais 1 milhão de cabeças, foram diminuídos, chegando a sua redução abaixo das 130 mil cabeças, e a produção de leite - quase 100% destinada à fábrica Parmalat, instalada em Pesqueira - caiu em 40% (Jornal do Commercio, 02/05/1999).

Além disso, a concorrência dos produtos brasileiros com os importados, como, por exemplo, da Argentina e Uruguai, responsáveis por 78% do leite importado e a suspeita da prática de dumping por aqueles países, ou seja, a venda do litro de seu produto no Brasil (R\$ 0,15) com um preço mais baixo do que o preço do litro do leite vendido no país de origem (US\$0,20), também inviabilizou ao produtor local competir com os preços do litro de leite daqueles países comercializados aqui no País (Jornal do Commercio, 09/01/2000).

Com a seca, não houve apenas queda quantitativa do rebanho e da produção leiteira, mas, também, uma redução qualitativa na produção do leite e seus derivados, pois a produção interna, longe dos padrões mínimos de higiene, apresentou deficiências que vão desde a compra de matéria-prima de baixa qualidade até problemas de manipulação na produção, comprometendo a segurança alimentar dos produtos.

O Jornal do Commercio, com uma matéria de Inês Andrade e Jamildo Melo, em 9 de janeiro de 2000, intitulada "Industria leiteira tem que se modernizar para sobreviver", sugere que o "Estado de Pernambuco poderia estar girando em sua economia mais de R\$ 100 milhões por ano se as suas indústrias de leite e derivados estivessem operando em melhores condições, no tocante à qualidade dos seus produtos". Apresenta, também, as conclusões de um diagnóstico setorial encomendado pela Federação das Indústrias de Pernambuco - Fiepe. Segundo o estudo, vários fatores prejudicam as empresas locais: a baixa mecanização das operações torna os produtos pouco competitivos em termos de preços; alta variação de características físico-químicas e microbiológicas, relacionadas com a excessiva

manipulação nas diversas fases da produção; a pequena oferta de matéria-prima, por conta da estiagem; a falta de água no semi-árido é uma dificuldade a mais para o emprego de técnicas de higienização que resultem na obtenção de um leite de boa qualidade; falta de vigilância sanitária.

Com objetivo de garantir a qualidade do leite produzido em Pernambuco e nos demais Estados do Nordeste e Norte, a Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária lançou, em 2000, o projeto para instalação de um laboratório de análise microbiológica, com instalação na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Ao lado da pecuária, as culturas de subsistência, feijão, milho e mandioca, compõem o quadro agrário microrregional, aparecendo ainda nas áreas de “brejos” a cafeeicultura, a fruticultura, a floricultura e o cultivo de hortaliças. Contudo, nem sempre tais atividades remuneraram adequadamente o produtor rural e sua família, surgindo então a necessidade de uma complementação de renda oriunda de outras atividades diferentes da agropecuária. Entre os conjuntos das potenciais atividades a serem desenvolvidas, o turismo no meio rural apresenta-se como uma possível alternativa a alavancar o desenvolvimento local.

3.2 Municípios com potencialidades turísticas

Em 1998, a Empetur em parceria com o Sebrae, divulgou o Inventário Turístico de Pernambuco, no qual constam cinco municípios da Microrregião de Garanhuns que apresentam potencialidade turística: Bom Conselho, Brejão, Garanhuns, Saloá e São João. E, embora tais municípios apresentem condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo, como por exemplo, o clima, alguns aspectos devem ser considerados para que essa atividade se torne viável e seja um fator de contribuição ao desenvolvimento local.

3.2.1 O município de Bom Conselho

Desmembrado do município de Correntes, foi criado em 30/04/1860. Apresenta área de 798.1 km² e limita-se ao Norte com os municípios de Saloá e Terezinha, ao Sul com o Estado de Alagoas, ao Leste com o município de Lagoa do Ouro e a Oeste com o município de Iati. Sua população total (residente) urbana é de 22.182 e rural de 18.919. O IDH-M é 0.396 e o ICV é 0.478. O município tem as cachoeiras como principais atrativos, a maioria apresentando estado regular de limpeza e conservação, com a presença de ocupação humana próxima ao atrativo.

Apresenta os seguintes atrativos turísticos:

- **Açude da Nação** - Encontra-se em regular estado de conservação e limpeza. É utilizado para irrigação, ocorrendo ainda pesca artesanal. Suas margens apresentam-se desnudas com trechos onde há ocorrência de cultivo de subsistência.
- **Cachoeira do Pinto** - Situa-se ao largo da vila de Cachoeira do Pinto. Seu entorno é marcado por uma vegetação de caatinga arbustiva e alguns arvoredos. Sua largura é de cerca de 10 m, sendo balneável em forma de ducha; nos períodos de chuva mais rigorosos, a cachoeira se divide em duas: uma com queda de aproximadamente 10 m, e outra com quatro quedas de aproximadamente 3 m cada uma.
- **Cachoeira Rainha Isabel** - A cachoeira está ambientada em meio a um grande afloramento rochoso. A vegetação que está em seu entorno apresenta-se bastante degradada, ocorrendo de forma rasteira, caatinga arbustiva e alguns arvoredos. É formada por três quedas: a primeira com aproximadamente 3 m, e as duas outras com 1 m cada uma. Sua largura é de aproximadamente 2 m. É balneável, em forma de duchas e piscinas.
- **Corredeira Poço da Nega** - Trata-se de uma pequena corredeira onde há ocorrência de pequenos caldeirões que formam piscinas naturais. Seu entorno é marcado por trechos de caatinga arbustiva e árvores espaçadas.

- **Furna de Maria Dantas** - Localizada num afloramento rochoso na encosta de uma pequena elevação na Fazenda Encantado, a furna apresenta-se em forma de túnel com apenas uma entrada, e no seu fundo uma pequena abertura de 0,5 m de diâmetro. A vegetação que lhe circunda é composta de arvoredos, arbustos espaçados, algumas bromélias e cactáceas.
- **Buraco do Bulandi ou "Caverna dos Flamengos"** - Situado na encosta leste da Serra da Caixa D'água, segundo a tradição local, teria sido escavado pelos holandeses em fuga após a derrota imposta pelos insurretos pernambucanos. A vegetação em seu entorno é composta por um capoeirão.

3.2.2 O município de Brejão

Desmembrado do município de Garanhuns, foi criado em 31/12/1958. Com área de 161.9 km², tem como limites ao Norte: Garanhuns, ao Sul: Lagoa do Ouro, ao Leste: Garanhuns e a Oeste: Terezinha; sua distância do Recife é de 244,4 km. A população (residente) urbana 2.734 e rural de 5.436. O IDH-M é 0.335 e o ICV 0.467. Brejão apresenta como principal atrativo suas fazendas, onde, dentre as diversas atividades agropecuárias desenvolvidas, tem destaque o cultivo de café, e algumas dessas propriedades também estão voltadas para o turismo rural. Abaixo, seguem elencados alguns atrativos:

- **Bica da Fazenda Olho D'Água do Ribeiro** - Localizada na Fazenda Olho D'Água do Ribeiro, a bica é formada por uma nascente que foi represada. Seu entorno é marcado por uma vegetação de caatinga arbustiva e arvoredos espaçados, além de gramíneas e hidrófilas que margeiam a nascente.
- **Furna do Cabiló** - Situada na encosta norte da Serra da Pedra, a furna apresenta uma abertura arqueada, com 3 m de fundo por 7 m de largura, medindo cerca de 1,5 m de altura, diminuindo à medida que se avança em seu interior. Trata-se de um atrativo de difícil acesso. Seu entorno é marcado por uma vegetação de capoeira, e na parte inferior da encosta aparece um pequeno curso d'água e áreas para o cultivo e para o pasto.

- **Mata da Fazenda Lírio** - A mata possui uma área de 24 hectares, e sua vegetação é formada por uma floresta secundária (espécies da Mata Atlântica) que se concentra nas porções mais elevadas da fazenda. Em sua fauna, são encontradas raposas, gato-do-mato, sagüi, gavião, jacu, aracuão, cobra-verde, jararacuçu, surucucu, etc. Encontra-se em bom estado de preservação e limpeza.
- **Trilha da Fazenda Sambaíba** - A trilha do Lago Azul, com saída em Garanhuns, no Centro Cultural, tem um percurso de 13 km, com duração aproximada de quatro horas de caminhada até a Fazenda Sambaíba. A trilha da Raposa, com saída na Fazenda Sambaíba, tem um percurso de 13 km, com duração aproximada de quatro horas de caminhada até a Fazenda Olho D'Água. Seus percursos encontram-se em regular estado de preservação e bom de limpeza, observando-se a ação antrópica na paisagem.
- **Pousada Rural** - Fazenda Sambaíba, Fazenda Olho D'Água, Fazenda Colônia da Serra.
- **Fazendas:**
 - Alagoinha** - É uma fazenda de industrialização de leite e iogurte. Tem como produção 1.000 litros de leite ou a mesma quantidade de iogurte. Sua produção abastece Bom Conselho, Garanhuns, Terezinha, Jupi e São Bento do Una. Além dessa atividade, a fazenda possui um pequeno cafezal.
 - Brasileiro** - Essa fazenda já foi um antigo engenho de cana-de-açúcar, chamado Engenho Brasileiro. Possui casa grande do séc. XIX e atualmente dedica-se à agropecuária.
 - Olho D'Água** - É uma fazenda de plantação de café. Possui 14 hectares de plantio, com uma produção aproximada de 90 sacas por safra. O final da colheita é comemorado com a festa da Acabação. Funciona uma pousada rural que oferece caminhadas por trilhas, banho de bica e passeios a cavalo e pesca no açude, além da visita ao cafezal.

Sambaíba - É uma fazenda de plantação de café. Possui 100 hectares (30 hectares são de plantação de café). Tem uma produção de 200 sacas por safra. Nela funciona uma pousada rural, que oferece trilhas pelas matas, visita ao cafezal, banho e pesca no açude, banho de bica, além de recreação para as crianças.

União - É uma fazenda de plantação de café e produtora de leite, sendo fornecedora da Parmalat. Tem um total de 100 hectares (20 hectares de plantação de café).

Vista Alegre - Nessa fazenda, funciona o IPA, conhecido como Estação Experimental de Brejão. Tem uma área de 43 hectares e mais três hectares de assentamento do INCRA. Faz pesquisa de introdução e aclimação de fruteiras e diversificação de hortícolas. Ainda existe a casa grande e um grande açude.

3.2.3 O município de Garanhuns

Garanhuns foi criado em 10/03/1811. Com área de 467.8 km², tem como limites ao Norte os municípios de Capoeira e Jucati, ao Sul os municípios de Terezinha, Lagoa do Ouro, Brejão e Correntes, ao Leste São João e Palmeirina e a Oeste Caetés, Saloá, Paranatama, Brejão, Terezinha. Sua distância do Recife é de 228,8 km. O total de sua população (residente) urbana é de 96.443 e rural 13.641. Apresenta IDH-M de 0.557 e ICV de 0.602.

O município de Garanhuns é considerado uma das mais importantes estações de férias e repouso do Nordeste. Dispõe de hotéis, bares, restaurantes, centros comerciais e outros equipamentos, sendo sua infra-estrutura turística utilizada como apoio pelos municípios próximos. Os eventos de maior relevância são o Festival de Inverno, a Garanheta e o Circuito de Frio. Apresenta os seguintes atrativos turísticos:

- **Açude Lages** - Suas margens encontram-se praticamente desnudas, e a vegetação que lhe entorna apresenta-se bastante degradada, com ocorrência de arvoredos e árvores bem espaçadas, e nele pratica-se a pesca artesanal.

- **Barragem de Inhumas** - Formada pelo represamento do rio Inhumas, suas margens são compostas por trechos de pasto para o gado, de culturas de subsistência e de mata.
- **Bica do Timbó** - Está ambientada em meio a um cultivo de bananas para subsistência. A bica é formada pelas águas de uma nascente conhecida localmente por "Grotta do Timbó". Tem altura aproximada de 1,5 m e é balneável através de dois dutos d'água.
- **Antiga Estação Ferroviária** - O prédio data do século XIX e atualmente abriga o Centro Cultural de Garanhuns.
- **Cristo do Magano** - Trata-se de uma escultura da imagem de Cristo na cruz, medindo, aproximadamente, quatro metros de altura. Durante a Semana Santa, ocorre o espetáculo da Paixão de Cristo num palco com quatro cenários fixos, em pedra, imitando a velha Jerusalém.
- **Praça Tavares Correia** - Encontra-se em uma das principais avenidas da cidade e é um dos cartões-postais da cidade. Nela localiza-se o Relógio das Flores, construído em 1979, cujos números são todos feitos com plantas e flores. Há, em uma das extremidades, um busto em bronze de Tavares Correia, conhecido como o "descobridor de Garanhuns". Foi ele que, aproveitando o clima da cidade, tornou-se o pioneiro da indústria hoteleira, em 1927.
- **Parque Ruber Van Der Linden** - É um belo parque arborizado, com árvores de pequeno, médio e grande porte, sendo, inclusive, todas catalogadas. Chamava-se Pau Pombo e era local de piqueniques. Foi construído por Ruber Van Der Linden, engenheiro, eletrotécnico, jornalista e historiador, quando foi gerente de abastecimento de luz e águas.
- **Parque Euclides Dourado ou "Parque dos Eucaliptos"** - Localizado em meio ao núcleo urbano, o parque tem uma área de 8 ha. Dotado de eucaliptos, centro desportivo com ciclovias, quadras de esporte, pista de cooper, praça da terceira idade, sanitários, posto policial e casa de pombos.

Foi todo revitalizado em 4 de fevereiro de 1998.

- **Festival de Inverno** – O evento é promovido pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal. O 1º Festival aconteceu em julho de 1991. Desde então, vem crescendo a cada ano, passando a ser o maior evento do município e destaque no Calendário de Eventos do Estado. Música, artes cênicas, artes plásticas e visuais, foto, vídeo, cinema, literatura, folclore e arte-educação são algumas das áreas contempladas.

3.2.4 O município de Saloá

Desmembrado de Bom Conselho, Saloá foi criado em 20/12/1963. Com área de 297.0 km², tem como limites ao Norte: Paranatama, ao Sul: Bom Conselho e Terezinha, ao Leste: Garanhuns e a Oeste: Iati. Sua distância do Recife é de 262,8 km, e o total de sua população (residente) urbana é de 96.443 e rural de 13.641. Apresenta IDH-M 0.386 e ICV: 0.463.

Os principais atrativos turísticos são:

- **Cachoeira do Cu do Bicho** - Apresenta três quedas, a última com mais de 10m de altura; o atrativo é balneável em seu trecho superior em forma de ducha e piscinas naturais e corre nos meses de abril a setembro. É de difícil acesso em sua parte inferior, porém acessível no trecho superior.
- **Cachoeira do Coema** - Está ambientada em um grande paredão rochoso em forma de concha; apresenta uma queda de aproximadamente 50 m de altura e largura de cerca de 20 m.
- **Fazenda Brejo** - Essa é uma fazenda toda voltada para o turismo. Oferece passeios ecológicos às fontes de água mineral, banhos de cachoeira, bicas e piscina.

3.2.5 O município de São João

Desmembrado de Garanhuns, o município foi criado em 25/11/1958. Com área de 236.6 km², tem como limites ao Norte: Jupi e Jucati, ao Sul: Palmeirina, ao Leste: Angelim e a Oeste: Garanhuns. Sua distância do Recife é de 240 km, e o total de sua população (residente) urbana é de 6.158 e rural de 12.334. Apresenta IDH-M 0.341 e ICV 0.454. O município de São João é vocacionado ao turismo religioso e dispõe dos seguintes atrativos turísticos:

- **Cachoeira dos Carvalhos** - Corre nos meses de abril a setembro e possui uma queda de aproximadamente 2 m e largura de 10 m. A cachoeira é balneável em forma de ducha e, no seu trecho superior, há formação de piscina natural.
- **Chácara Marli** – Chácara alugada para temporada.
- **Santa Quitéria de Frexeiras** – É um dos principais destinos do turismo religioso no Estado. Durante todo o período, com destaque para o dia 7 de setembro, o pequeno povoado torna-se palco de uma das maiores romarias no Nordeste.

Embora essas potencialidades tenham sido identificadas e as possibilidades oferecidas por esses atrativos representem melhores perspectivas de renda para a população rural, muito pouco tem sido feito em relação à definição de uma política específica de turismo no meio rural.

3.3 O turismo rural na Microrregião de Garanhuns

O turismo no espaço rural pode ser considerado como uma alternativa para complementação de renda, tanto de proprietários como para a população do campo, além de proporcionar, se bem planejado, benefícios sociais e ambientais. E, por ser considerado uma atividade nova, torna-se necessário observar e conhecer o que tem sido oferecido na região, bem como quem está trabalhando com turismo rural, que

atrativos são oferecidos nas propriedades, qual a qualidade dos serviços prestados, qual o envolvimento e benefício da comunidade local, entre outras questões.

Alguns municípios localizados nessa Microrregião destacam-se em torno da paisagem árida que os cerca, apresentando um potencial agroecoturístico. E, ainda que de uma forma empírica, já se pode encontrar atividades de turismo rural em algumas fazendas do espaço agrestino e outras modalidades de turismo em alguns municípios.

O turismo rural, em Pernambuco, foi introduzido pela Fazenda **Sambaíba**, localizada entre os municípios de Brejão e Garanhuns. Seus proprietários conheceram o turismo rural na Europa e introduziram essa atividade turística em Pernambuco, sendo, portanto, a primeira fazenda destinada a essa atividade no Estado e o fizeram por objetivo de vida e por considerarem o ambiente propício para essa atividade.

A fazenda possui área total de 100 ha, sendo 30 ha para produção de café, 50 ha para o pasto e 20 ha de mata preservada. Caracterizada como pousada rural, divide-se em cinco chalés (simples e confortáveis), com capacidade total de 40 leitos. As fotos 1 a 7 trazem a sua infra-estrutura.

Foto 1: Chalés da Fazenda Sambaíba



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 2: Refeitório da Fazenda Sambaíba



Foto: Cláudia Albuquerque, 1998.

Foto 3: Refeitório da Fazenda Sambaíba



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

As fotos de 4 a 7 mostram algumas atividades de lazer oferecidas na Fazenda Sambaíba:

Foto 4: Passeio de charrete



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 5: Observação do Pouso das Garças



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 6: Trilha para caminhada



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 7: Plantação de mudas na mata



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

A Fazenda **Olho d'Água** é uma antiga fazenda de café localizada no município de Brejão, a 3 km do centro e a, aproximadamente, 25 km de Garanhuns. Com 400 ha, a fazenda conheceu dias de glória quando o café estava em alta no mercado internacional. Com a queda do preço, esse produto foi erradicado da região e depois replantado, mas em proporções inferiores ao que fora plantado no passado. Atualmente, a área total da fazenda é de 80 ha, e as atividades principais são gado e café. Entretanto, devido ao fato de tais atividades não estarem sendo lucrativas, decidiram abrir a fazenda para o turismo, como uma forma de complementação de renda.

Caracterizada como pousada rural, tem capacidade máxima de hospedagem de 20 leitos, distribuídos em 4 quartos com banheiro privativo. A refeição é realizada na residência dos proprietários, que, além de uma alimentação regional e diversificada, oferecem um tratamento familiar e acolhedor. As fotos 8 a 12 retratam sua infraestrutura.

Foto 8: Quartos da Fazenda Olho d'Água



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 9: Redário



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 10: Bica da Fazenda Olho d'Água



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 11: Cafezal



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 12: Viveiro de café



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

A Fazenda **Colônia da Serra**, localizada no município de Brejão, tem uma área total de 38 ha. Suas atividades produtivas são o café e o gado. No entanto, a principal fonte de renda da família é uma academia de ginástica em Garanhuns. Devido à formação e experiência dos proprietários, decidiram abrir a fazenda com a finalidade de spa rural, também como uma forma de complementação da renda.

São oferecidas atividades físicas, descanso e lazer, além de reeducação alimentar, palestras e dinâmica de grupo. A equipe dispõe de médico, auxiliar de enfermagem, psicóloga, nutricionista, esteticista e professor de educação física.

A casa foi construída há 11 anos e é utilizada para fins de hospedagem e lazer dos proprietários. Tem capacidade máxima de alojamento de 20 leitos, distribuídos em 4 quartos, dois quartos de cada lado, com um jardim de inverno entre eles. Na sala, há uma lareira e móveis de estilo colonial. Dispõe de área de lazer para crianças. As fotos 13 a 19 apresentam sua infra-estrutura.

Na fazenda, trabalham 8 a 10 pessoas durante a semana, e com hospedagem são 6 pessoas, sendo 4 diaristas, pois a pequena demanda não oferece condições de manter empregados fixos.

Placas de sinalização da Fazenda Colônia da Serra:

Foto 13



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 14



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Ambiente externo da Fazenda Colônia da Serra

Foto 15: Bica



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 16: Área de lazer para crianças



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Ambiente interno da fazenda Colônia da Serra

Foto 17: Sala



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 18: Jardim de inverno



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

A Fazenda **Brejo** apresenta um perfil diferenciado em relação às outras fazendas, pois foi originada com o objetivo de oferecer entretenimento e lazer. Está localizada no município de Saloá, a 12 km distância da sede.

Caracterizada como uma estância de férias, a fazenda dispõe de boa infraestrutura com dormitórios, suítes e apartamentos, disponibilizando um total de 120 leitos, salão de jogos e de televisão, sala para reuniões, restaurante, piscina e estufa. Seu quadro de empregados totaliza 20 fixos, oriundos de Iateca (Saloá) e 5 temporários (recreadores), do Recife.

Possui uma mata de 53 ha transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN e centro de educação ambiental, o qual possui projeto de convênio com escolas para aulas teórico-práticas. As fotos 19 a 27 retratam sua infraestrutura.

Foto 19: Dormitórios da Fazenda Brejo



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 20: Sala para reuniões



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 21: Restaurante da Fazenda Brejo



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 22: Estufa da Fazenda Brejo



Fonte: Inventário Turístico de Pernambuco, 1998.

Foto 23: Piscina

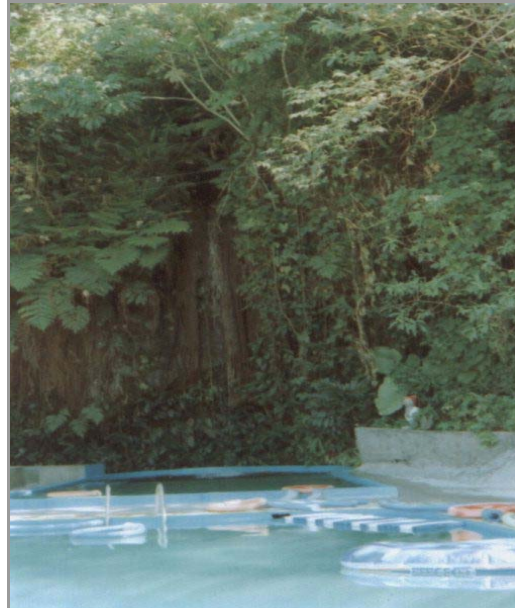


Foto: Cláudia Albuquerque, 1998.

Foto 24: Passeio a cavalo



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

Foto 25: Hóspede tirando leite da vaca



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

As fotos 26 e 27 retratam transformações ocorridas na paisagem, compreendendo o período entre 1998 e 2002.

Foto 26: Fazenda Brejo em 1998



Foto: Cláudia Albuquerque, 1998.

Foto 27: Fazenda Brejo em 2002



Foto: Cláudia Albuquerque, 2002.

4

Análise dos resultados

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos através de observação in loco, dos questionários e entrevistas realizados com hóspedes, proprietários e poder local.

4.1 Demanda

Por ser uma atividade nova, o turismo rural requer um conhecimento mais detalhado do perfil do consumidor do turismo rural. O que espera encontrar, o que deseja fazer ou qual a sua disposição a pagar pelo produto oferecido? Essas informações são fundamentais para conhecê-lo melhor e para se adequar as propriedades com serviços atrativos e preços competitivos e compatíveis com a demanda.

Foram respondidos, pelos hóspedes, 120 questionários nos meses de janeiro e fevereiro de 2002, com a anuência dos proprietários. Fez-se uma coleta de dados ao acaso, sujeita a uma análise não-probabilística. Os principais parâmetros observados foram: conhecimento do que seja a oferta de turismo rural, o que considera essencial para a realização dessa atividade, para seu retorno ao local e que motivos implicariam em não retornar mais à propriedade.

Verificou-se que o principal grupo de visitantes de turismo rural é composto por famílias, originadas de Recife, com curso superior completo, renda familiar acima de seis salários mínimos, que buscam lazer, contato com natureza, tranquilidade, boa alimentação mas também esperam segurança.

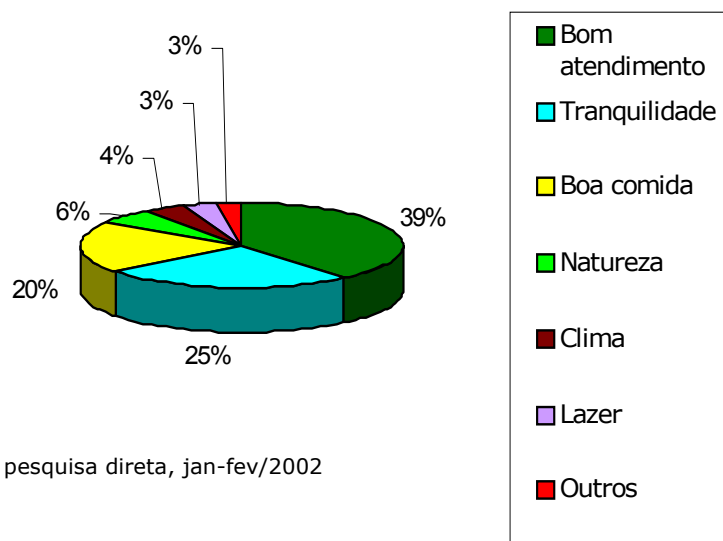
O turismo rural vem atraindo, sobretudo um público adulto, dos respondentes, 47% têm entre 30 e 39 anos e 20%, entre 40 e 49 anos.

Quanto à escolaridade, 45% tem curso superior completo e 25% tem segundo grau completo. 33% dos entrevistados têm renda de até 5 salários mínimos, 27,5% possuem renda de seis a dez salários mínimos e 27,5%, acima de dez salários mínimos, totalizando 55% com renda igual ou superior a seis salários mínimos.

A forma mais comum de conhecimento das propriedades foi através de pessoas amigas ou familiares, que representa 63% do total, 26% recebeu sugestão de agências de viagem, o restante teve conhecimento através de jornal ou televisão e a maioria utiliza transporte próprio para chegar até as propriedades.

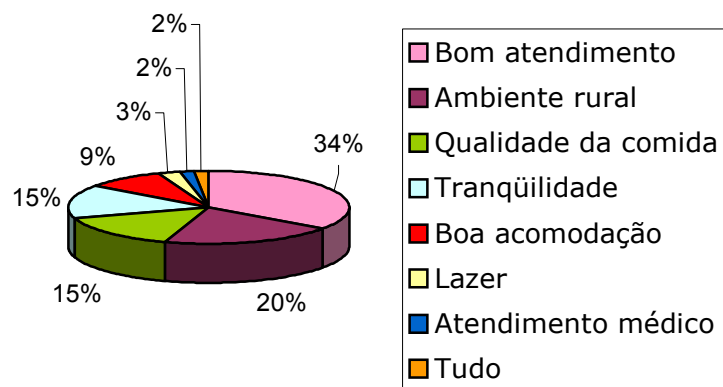
Dos 120 entrevistados, a metade já se hospedou, pelo menos uma vez, na propriedade e 39%, dos que já retornaram, considerou o bom atendimento (familiar) como motivo principal pelo seu retorno, seguido pela tranquilidade encontrada no local, com 25% das respostas e a boa alimentação também é responsável pelo retorno dos hóspedes, com 20%, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - **MOTIVOS QUE O FIZERAM RETORNAR**



Entre aqueles que estavam se hospedando pela primeira vez, o bom atendimento também foi considerado o fator principal para um possível retorno ao local, com um total de 34% das respostas. O ambiente rural teve 20% e a qualidade da comida e tranqüilidade tiveram, ambas, 15% das respostas (gráfico 2).

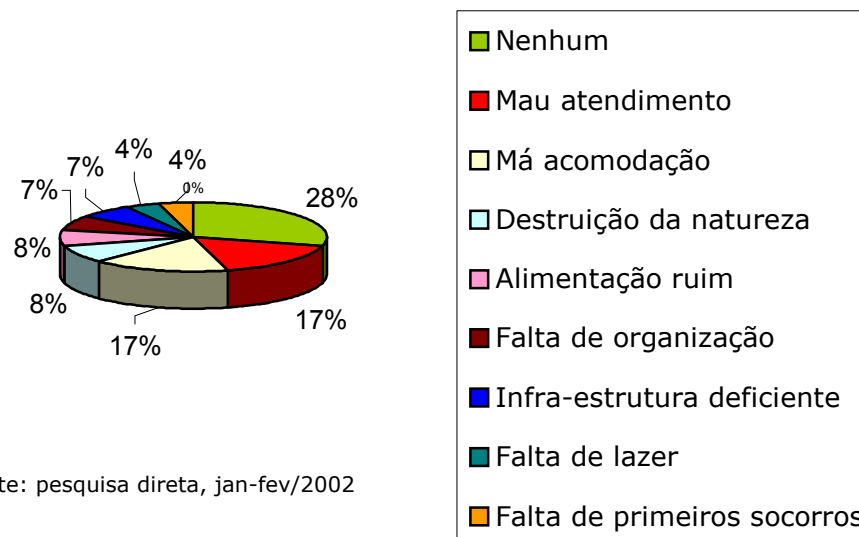
Gráfico 2 - **FUNDAMENTAL PARA VOLTAR**



Fonte: pesquisa direta, jan-fev/2002

Entre os motivos que poderiam fazer com que não retornassem, os mais citados foram: 28% afirmou não existir motivos, 17% considera a má acomodação uma causa que faria não retornar, como também o mau atendimento obteve 17% dos votos, apenas 8% fez referencia à destruição da natureza como motivo para não retornar (gráfico 3).

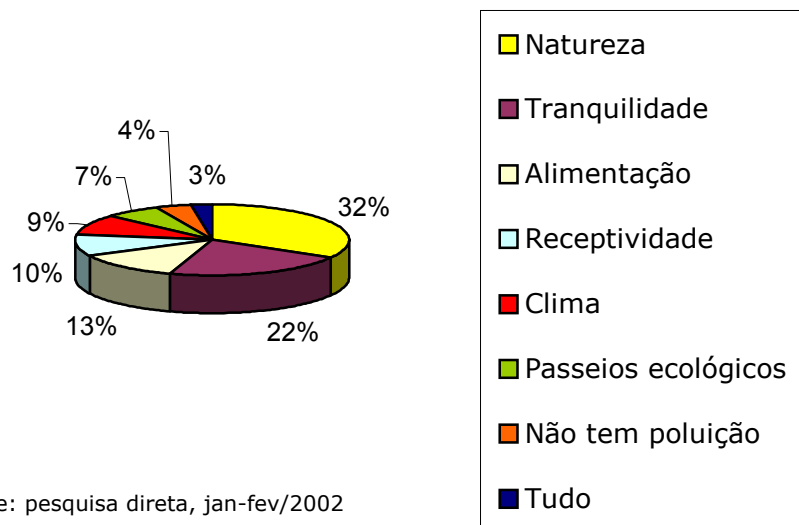
Gráfico 3 - **MOTIVOS PARA NÃO RETORNAR MAIS**



Fonte: pesquisa direta, jan-fev/2002

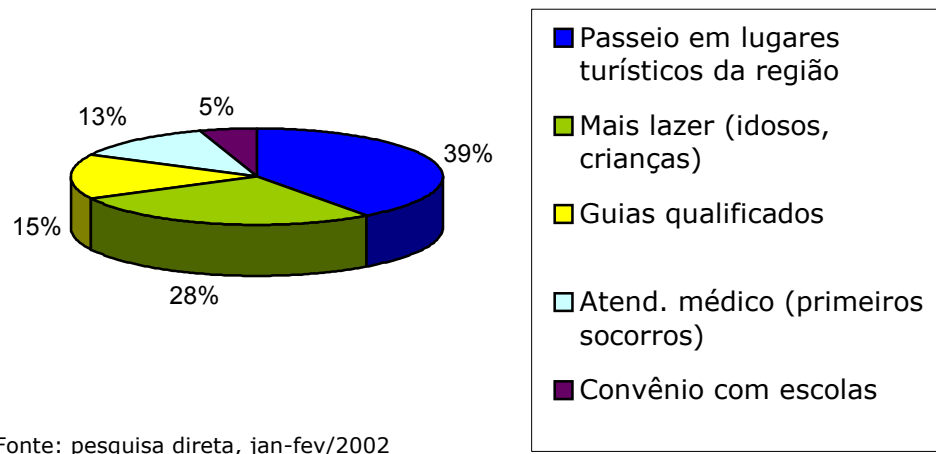
Quando questionados sobre o que mais agrada no espaço rural, 32% respondeu considerar a natureza, em seguida, a tranqüilidade com 22% das respostas, seguidos das respostas alimentação e receptividade, com 13% e 10%, respectivamente (gráfico 4).

Gráfico 4 - **O QUE MAIS AGRADA NO ESPAÇO RURAL**



Fonte: pesquisa direta, jan-fev/2002

Quanto aos serviços que consideram necessários serem oferecidos pelas pousadas rurais destacam-se passeios em lugares turísticos da região com 39%, mais lazer para crianças e idosos, 28% das respostas. Há, também, entre os entrevistados uma preocupação em relação a atendimentos de primeiros socorros, em caso de acidentes (gráfico 5).

Gráfico 5 - **SERVIÇOS TURÍSTICOS**

Os atrativos relacionados com a produção agropecuária, como plantio e colheita, horta orgânica, manejo de animais de pequeno porte, produção de alimentos, não apresentaram grande destaque. As pessoas entendem o turismo rural como uma oportunidade de estar perto da natureza e como uma forma de encontrar sossego e tranquilidade. No entanto, embora busquem a simplicidade do campo, sentem a necessidade de certo conforto quanto às acomodações, principalmente aquelas com mais idade.

O que se pode observar é que o turista busca o espaço rural, mas não se liberta da vida urbana. Espera encontrar paz e tranquilidade, no entanto, não está sabendo lidar com essa realidade, com o tempo livre, pois sente necessidade de "ocupação", "atividades", sendo "responsabilidade" das propriedades preencher todo o seu tempo.

4.2 Propriedades

No inventário da oferta foram considerados os fatores: infra-estrutura turística da área estudada; localização e acesso; equipamentos e serviços turísticos, qualificação dos atores locais para receber o turista.

As diárias por pessoa, com pensão completa, variam entre 35 e 55 reais e estão incluídas as atividades de lazer e recreação.

As atividades e atrativos oferecidos são basicamente os mesmos, variando conforme as características predominantes de cada propriedade: caminhadas, pesca, passeios a cavalo, ir ao curral, pela manhã, para tirar leite, conhecer o cafezal, banhos de bica e, em algumas, de piscina. Há também aquelas que disponibilizam para compra queijos, manteigas, doces, licores, produzidos na fazenda.

A divulgação do turismo nas fazendas é feita basicamente através de amigos e parentes dos hóspedes e, no período do Festival de Inverno, são citadas no folder da prefeitura de Garanhuns como opção de hospedagem. A fazenda Brejo disponibiliza um site na internet, com informações sobre o local.

Quanto aos proprietários, verificou-se que, com exceção da fazenda Brejo, pois residem em Recife, todos residem na propriedade ou município. No entanto, embora alguns não tenham a agropecuária como fonte principal de sustentação, todos possuem experiência com o meio rural, e estão envolvidos direta ou indiretamente, com a agropecuária. E, entre as atividades de maior relevância, estão a pecuária de leite, cultivo de café e de flores.

No resultado dos questionários aplicados com os hóspedes, houve uma cobrança de maior oferta de lazer para crianças e idosos, estes últimos requisitando maior conforto nas acomodações.

Um outro ponto observado, que também foi confirmado nos resultados da pesquisa, refere-se ao melhor aproveitamento dos atrativos oferecidos, por exemplo, na trilha pela mata, em uma das propriedades, embora haja plantação de muda durante a caminhada, o guia limita-se a conduzir os turistas, não havendo

informações nem sinalizações sobre a fauna e flora local. De um modo geral, há necessidade de melhor qualificação e cuidados quanto à segurança durante algumas atividades.

Há uma cobrança de maior segurança nas propriedades quanto à orientação e prevenção de acidentes, pois as pessoas sentem receio de serem picadas por algum animal, machucarem-se em alguma atividade de lazer e não receber os primeiros socorros adequadamente.

Sentem, também, a necessidade de sair dos limites da fazenda, conhecer o entorno através de guias mais qualificados, que tenham conhecimento histórico-geográfico da região.

De um modo geral, não houve capacitação para a atividade turística, e o turismo nas fazendas ocorre, basicamente, no período de férias, feriados prolongados, Garanheta e Festival de Inverno. A participação da comunidade local é bem reduzida, pois não há movimento suficiente para ter pessoal fixo, são diaristas e não receberam treinamento para trabalhar com turistas. Apenas a fazenda Brejo tem uma frequência de hóspedes mais constante o que viabiliza a contratação de um número maior de empregados.

Em todas as propriedades os donos estão à frente do negócio, recepcionando e dando atenção aos hóspedes, em todo o período de hospedagem. Isso torna o grande diferencial em relação aos outros tipos de hospedagem, o atendimento familiar, surgindo como uma vantagem competitiva para o turismo rural. O que podemos confirmar nas respostas dos entrevistados, os quais consideraram o bom atendimento (familiar) tanto dos proprietários como dos empregados uma das razões para retorno ao local.

4.3 Participação do governo local

A participação dos municípios quanto à divulgação e incentivo do turismo rural praticamente inexistente e embora Garanhuns cite as propriedades em seus folders, sua prioridade é o turismo de eventos. Em relação ao PNMT, não foram realizadas todas as etapas das oficinas, o que o implica na impossibilidade do recebimento de verbas para investimento em turismo, pois não está formado o Conselho Municipal de Turismo.

Com exceção de Garanhuns, os municípios não oferecem infraestrutura adequada para o turismo e não há planejamento de ações para incentivar o turismo rural. De um modo geral, não há um planejamento visando o desenvolvimento a partir das potencialidades locais, o que se pode perceber é que existe uma visão de que o turismo só é bom quando atrai multidões.

Quando questionados quanto à participação da população local na venda de seus produtos, alguns proprietários queixam-se que não recomendam produtos produzidos pela comunidade, como por exemplo o queijo, porque falta qualidade para comercialização; o fabricante por sua vez, não aceita crítica por considerar que faz o queijo há muito tempo e seu produto é bom. E o governo municipal diz não qualificar a mão-de-obra, por não haver demanda para compra. Como afirmou um dos entrevistados: “nós podemos treinar esse pessoal, criar um local para eles venderem seus produtos e quem vai comprar?”

Em relação à divulgação e incentivos ao turismo rural, com exceção de Garanhuns, como já foi citado, os demais municípios têm interesse em investir e divulgar mais esta atividade, no entanto, deparam-se com a escassez de recursos e falta de infra-estrutura adequada para o turismo, como por exemplo, em uma das visitas a Brejão, a entrevistadora precisou almoçar e teve que se ausentar do município, por não haver restaurante ou local para refeição. Contudo, estão buscando alternativas para superar suas dificuldades, com o início das oficinas do PNMT, no caso de Bom Conselho, e o interesse em implantar a Agenda 21 local, no caso de Brejão, porém a realidade nos pequenos municípios é que embora alguns de seus

representantes realizem cursos de capacitação, muitas vezes se deparam com a dificuldade de não saber dar os primeiros passos na elaboração de um projeto de desenvolvimento local.

Como também, não há uma política local para formar parcerias, as ações municipais voltadas para o turismo, quando existem, são isoladas. Os quadros 3, 4 e 5 mostram a posição dos municípios quanto aos instrumentos de gestão urbana, instrumentos de planejamento e consórcios intermunicipais.

Quadro 3 - Instrumentos de gestão urbana dos municípios

INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA					
MUNICÍPIOS					
	BOM CONSELHO	BREJÃO	GARANHUNS	SALOÁ	SÃO JOÃO
Plano Diretor	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Lei do Perímetro Urbano	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Lei de Parcelamento do Solo	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Lei de Zoneamento ou Equivalente	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Legislação sobre Áreas de Interesse Especial	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Legislação sobre Áreas de Interesse Social	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Código de Obras	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Código de Posturas	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Outros Instrumentos de Planejamento Urbano	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: IBGE, Pesquisa Informações Básicas Municipais 1999

Quadro 4 - Instrumentos de planejamento municipal

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL					
MUNICÍPIOS					
	BOM CONSELHO	BREJÃO	GARANHUNS	SALOÁ	SÃO JOÃO
Plano de Governo	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Plano Plurianual de Investimentos	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Lei de Diretrizes Orçamentárias	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Lei de Orçamento Anual	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Plano Estratégico	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lei Orgânica	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: IBGE, Pesquisa Informações Básicas Municipais 1999

Quadro 5 - Consórcios intermunicipais

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS					
MUNICÍPIOS					
	BOM CONSELHO	BREJÃO	GARANHUNS	SALOÁ	SÃO JOÃO
Consórcio para atendimento na área de saúde - existência	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM
Consórcio para atendimento na área de educação - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Consórcio para habitação - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Consórcio para aquisição de máquinas e equipamentos - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Consórcio para serviços de abastecimento de água - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Consórcio para serviços de esgotamento sanitário - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Consórcio para serviços de limpeza e coleta de lixo - existência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: IBGE, Pesquisa Informações Básicas Municipais 1999

Com base nos dados obtidos, percebe-se que as atividades de turismo no meio rural não são ordenadas, são pouco desenvolvidas e são ações isoladas que não contribuem efetivamente ao desenvolvimento local. As principais causas identificadas foram: incentivos ao turismo no meio rural insuficientes, informação e comunicação deficientes, atividades do segmento não regulamentadas, pouca articulação institucional, infra-estrutura precária, comunidades locais pouco envolvidas, pessoal pouco capacitado e promoção e comercialização ineficientes.

Considerações finais

O espaço rural vem recebendo novas atribuições, tais como: desenvolvimento de pequenos negócios agropecuários, como piscicultura e produção de plantas ornamentais; local de residências secundárias, atividades de turismo e lazer. Nesse sentido, deixa de ser associado à esfera meramente produtiva, devendo conciliar suas funções “turística”, “agrícola”, “ambiental” e “social” sem comprometer os recursos naturais e as práticas tradicionais.

As análises empreendidas no presente trabalho procuram contribuir para a compreensão do processo de expansão da exploração do turismo no meio rural da Microrregião de Garanhuns, a partir das experiências já existentes, da percepção e interesse da demanda turística e da política municipal para o turismo.

Diante dos resultados obtidos na área estudada, o que se pode concluir é que a viabilidade do empreendimento nos municípios depende de infra-estrutura adequada, mão-de-obra qualificada, habilidades em marketing e disponibilidade de capital.

Entre as dificuldades vividas pelos municípios, destacam-se:

. **Insuficiência de investimentos** - Embora apresentem potencialidades turísticas, não estão contemplados nos planos estratégicos de fomento ao desenvolvimento turístico no âmbito estadual, como podemos observar na Figura 5, que trata das RDs de Pernambuco e suas ações prioritárias e no âmbito federal, com o projeto Avança Brasil. Além disso, a presente política de turismo do governo federal está orientada para a parceria entre governo e iniciativa privada, com ênfase na descentralização de competências e responsabilidades.

. **Infra-Estrutura** - Os municípios encontram-se em uma fase incipiente para o turismo, não havendo infra-estrutura que justifique investimentos no local. Há dificuldades de acesso aos atrativos e a sinalização é precária. Seria interessante uma parceria entre eles, que embora conservando suas peculiaridades, como, por exemplo, as cachoeiras de Bom Conselho, a vocação religiosa de São João ou as fazendas de Brejão, poderiam criar estratégias que pudessem aumentar a permanência do turista da Microrregião, embora isso implique dividir despesas e superar fatores locais ou questões político-partidárias.

. **Qualificação profissional** - Uma outra questão a ser considerada é a formação e qualificação da mão-de-obra local e do pequeno empreendedor do turismo rural, e um dos receios do turista, está relacionado à segurança. O gerenciamento de risco em atividades agroecoturísticas surge como uma ação a ser implementada pelos empreendedores, visto que, em caso de acidentes na área rural, os danos podem ser maiores, pois o socorro é mais demorado, assim como o transporte para o hospital. Uma sugestão seria a interação institucional com órgãos públicos e privados de formação profissional. Além disso, disponibilizar cursos, palestras e fitas de vídeo que tratem do assunto e orientam como iniciar novos empreendimentos e quais os procedimentos para iniciar o turismo em propriedades.

. **Comercialização ineficiente** - A comercialização do turismo deve responder às tendências do mercado e convém perguntar: quais os principais segmentos do mercado que o turismo rural pode cobrir? Que tipos de produtos surgem como os mais viáveis? Qual o posicionamento dos distribuidores do turismo (operadores e agências de viagens) em face do turismo rural? Além disso, como região turística, ficaria mais fácil uma divulgação, além de implicar menores custos em marketing e propaganda, usando seu diferencial (cultura local) como estratégia de marketing, como sugere Swarbrooke (2000).

. **Participação dos atores locais** - Um processo de desenvolvimento local não mobiliza apenas fontes de financiamento públicas e privadas, envolve, antes de tudo, atores locais. Além disso, o planejamento estratégico, realizado em conjunto com os

atores locais, surge como fator relevante, pois uma política de turismo no meio rural deve basear-se e adaptar-se aos problemas, necessidades e potencialidades do mundo rural, especialmente das comunidades locais, cabendo à gestão local investigar como tais fatores locais poderão ser potencializados.

Para o sucesso do turismo local, e para que possa vir a ser um vetor ao desenvolvimento local, importa, pois, promovê-lo de forma harmoniosa e sustentável, respeitando as diferenças que caracterizam cada município e os requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que os procura.

O turista quando procura o espaço rural não espera só encontrar um hotel-fazenda inserido no campo, passeios a cavalo, leite no curral, etc., pois nos centros urbanos também é possível encontrá-los. Seu desejo é encontrar a vida rural, a vida do vaqueiro, a vida do agricultor, seus costumes, sua cultura; quer também apreciar a paisagem, a vegetação, a comida. Quer "sentir-se em casa" com o atendimento familiar. Quer, enfim, resgatar e conhecer um pouco de sua própria história, embora isso não signifique abrir mão da qualidade no atendimento, do conforto, da segurança.

A Microrregião apresenta potencial turístico, valor paisagístico, que poderá ser desenvolvido numa estratégia conjunta dos municípios, conjugando seus diversos atrativos, que, isolados, pouco representam, mas agregados podem polarizar mais atenção e interesses.

Possui, também, uma história que ficou adormecida com a passagem do tempo. O turista quer conhecê-la, e uma forma seria, por exemplo, a criação de um museu com fotos, vestuário de época, instrumentos e utensílios utilizados pelos agricultores, vaqueiros, etc.; uma outra sugestão seria transformar a festa da Acabação em evento municipal, com a criação de uma rota "café com leite", por meio da qual o turista poderia conhecer e vivenciar um pouco da história da Microrregião, suas fases do café e da pecuária, além de poder desfrutar dos alimentos e bebidas originados desses produtos, bolos, queijos, licores, etc., os quais seriam produzidos pela comunidade local.

Dentro desse contexto, algumas medidas devem ser adotadas quanto às políticas públicas de apoio ao turismo na Microrregião de Garanhuns, como forma de evitar o abandono das atividades agrícolas e como garantia de proteção do ambiente: elaboração de legislação e regulamentação relacionadas ao turismo rural e às outras modalidades de turismo; tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos; fomento da agricultura extensiva ou ecológica e concessão de ajudas e facilidade para os produtores que queiram alojar hóspedes em suas casas; apoio às ações de capacitação profissional; financiamento para melhoria de infra-estrutura nas propriedades agrícolas e na localidade onde estão inseridas; exigência de estudos de impacto ambiental, adoção do ZEE municipal como instrumento de planejamento e de ordenamento territorial das atividades econômicas. Cabe ao poder público municipal o papel de promotor e mediador em todo o processo de implantação e gestão do turismo.

Entretanto, essa atividade não é a única alternativa para os problemas econômicos e sociais das zonas rurais, e de nada adiantará se não houver, simultaneamente, um combate à pobreza, ao mau uso de sua cultura, sua história, ou à degradação do ambiente, devendo, portanto, ser promovida como atividade que se equilibra com outras, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural.

Referências bibliográficas

ACERENZA, Miguel A. **Promoção turística: um enfoque metodológico**. São Paulo: Pioneira, 1991.

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 1999.

ALBUQUERQUE, Cláudia R. S. **Agroturismo: alternativa para complementação de renda de agricultores da Microrregião de Garanhuns-PE**. Recife: Monografia (Especialização em Ecoturismo) UFRPE, 1999.

ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (org.) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo).

ANDRADE, Inês; MELO, Jamildo. Indústria leiteira tem que se modernizar para sobreviver. **Jornal do Comercio**, Recife, 9 jan 2000. Disponível em <<http://www.jc.uol.com.br>>. Acesso em 27 dez. 2001.

ANDRADE, José V. **Turismo: Fundamentos e dimensões** 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, Manoel C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. Recife: Ed. da UFPE, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

_____. **Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In Federalismo no Brasil – Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. Rui Affonso e Pedro Luiz Barros Organizadores. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995.

_____. **Por uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional In Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, v. 30, no 2, abril – jun, 1999. P 144-161

_____. **Nordeste: Herança de diferenciação e futuro de fragmentação In Revista do Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo Ed. IEA/USP, 1997.

_____. Poder Local, Governos Municipais e Políticas de Indução do Desenvolvimento Econômico no Brasil **In Desafios da Gestão Municipal Democrática, José Arlindo Soares, Silvio Caccia-Bava**. São Paulo: Cortez, 1998.

ANGELI, M.N.B. **Planejamento e Organização em Turismo**, 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BACAL, Sarah e MIRANDA, Sônia M. de A. Impacto do Turismo nos Núcleos Receptores: necessidade de normatização In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAPTISTA, M. **Turismo: Competitividade Sustentável**. São Paulo: Verbo, 1997.

BARBIERI, José C. e LAGE, Allene C. Conceitos, problemas e Pontos de Partida para Políticas de Desenvolvimento Sustentável. In: **XXV ENANPAD – Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração**. Campinas, SP: 2001.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo** 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BARROS, Nílson C. C. de **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e Paisagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998

BONALD NETO, O. **Planejamento e Organização do Turismo**. 3ª ed. Recife: FASA, 1995.

BRASIL. Avança Brasil – Plano Plurianual 2000-2003, República Federativa do Brasil.

BRASIL. Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. de 1992. Seção I, P. 1901-1902.

BRASIL. Lei 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação - Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. de 1991. Seção I, p. 5765-5766.

CALS, Joan; CAPELLÀ, Josep & EMPAR, Vasqué. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Edita, 1994.

CAMPANHOLA, C Clayton; SILVA, J José G. Panorama do Turismo no Espaço Rural Brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Piracicaba. **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999. 239p.

CAMPANILI, Maura. Turismo Sustentável terá Certificação Ambiental. **Estado de São Paulo** 23 ago 2001. Disponível em <http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2001/ago/23/125.htm>

CAVACO, Carminda Turismo Rural e Desenvolvimento Local In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

Código de Ética Mundial do Turismo – Santiago do Chile, 1 de outubro de 1999.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, Piracicaba. **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999. 239p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2, 2000, Piracicaba. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba, 2000. 276p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3, 2001, Piracicaba. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: Piracicaba, FEALQ, 2001. 315p.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália I. G. de (org.) **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CORTEGGIANO, G. Jr; JUNCAL, B. M. *Desarrollo Local y Nuevos Yacimientos de Empleo* **Organizações & Sociedade** 12. Publicação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBA - Salvador, v.5, n. 12, mai/ago 1998.

DENKER, Ada F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros - **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD - IPEA - FJP - IBGE, 1998.

DIXON, John HAMILTON, Kirk PAGIOLA, Stefano e SEGNESTAM, Lisa. **Tourism and the Environment in the Caribbean an Economic Framework** Environmental Economics Series IPEA, March 2001.

EMPETUR-PE . Inventário Turístico de Pernambuco. Recife: Empetur/Sebrae, 1998.

EMPETUR-PE. Visita Técnica ao Município de Garanhuns - Relatório, Recife-PE: EMPETUR, 1993.

Estudo sobre o Turismo Agrorural e Histórico Cultural em Alagoas, Pernambuco e Bahia - Relatório Final, Madalena - Recife-PE: ADM E TEC - Instituto de Administração e Tecnologia, julho/96.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FIELD, Barry C. **Environmental Economics An Introduction**. EUA: McGraw-Hill, 1994.

FRUTICULTURA já atrai o trabalhador da bacia leiteira. **Jornal do Commercio**, Recife, 2 maio 1999. Disponível em <<http://www.jc.uol.com.br>>. Acesso em 27 dez. 2001.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Plano de ação Regional - Região de Desenvolvimento Agreste Meridional**. Recife, 1999.

FURLAN, Sueli A. "Unidades de Conservação Insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental" In: LEMOS, A. I. G. de. **Turismo Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (org.) **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo).

GROLLEAU, Henri. "Livre opinião". Em: **Leader Magazine** n.º 04, outono/1993.

IBGE-**Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas** - vol. 2 - Tomo 2 Região Nordeste. Rio de Janeiro: 1996.

ITO, Claudemira A. Fronteiras e Turismo no Mercosul. In: LEMOS, Amália I. O. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRELL, Andreas J. "Municípios Brasileiros e Alemães na Proteção do Meio Ambiente", in: **Revista Trimestral de Direito Público**, nº 6, 1994, São Paulo: Ed. Malheiros, p. 175-191.

LEADER (Caderno). **Comercializar um turismo de qualidade**. Parte 1 - "Os rendimentos agroturísticos na França", 1995.

Legislação Brasileira de Turismo - Dec. 2.294 nov/1996.

LEMOS, Amália I. G. de (org.) **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. **Ecoturismo um guia de planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

LINS, Rachel C. (coord.) **Áreas de Exceção do Agreste Pernambucano** - Série Estudos Regionais -20- Recife: Sudene, 1989.

LOPES, Antônio P. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, I. V. et al. **Gestão Ambiental no Brasil - experiência e sucesso**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

McKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza: Planejamento e sustentabilidade**. (Tradução Beth Honorato). São Paulo: Contexto, 2002.

Manual de Municipalização do Turismo, EMBRATUR, Brasília, DF, 1995.

Manual do Turismo Rural - Embratur - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Brasília: junho/94.

MARGULIS, Sérgio et al. (Org) **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. 2ª ed. Brasília: IPEA, 1996.

MELO, M. L. **Os Agrestes** - série estudos regionais - Recife: Sudene.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMICTT/MMA, **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**, Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMICTT/MMA, **Manual de Ecoturismo**, Brasília, 1994.

OLIVEIRA, Antônio P. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 3. ed. rev. e ampliado. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, L. H. Turismo Rural como Estratégia para o Desenvolvimento do Interior do Brasil. 21º Encontro da ANPAD - **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, Rio de Janeiro: Enanpad, 1997.

ORTIZ, Ramon Arigoni, MOTTA, Ronaldo Seroa da e FERRAZ, Cláudio. **Estimando o Valor Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: Uma Aplicação do Método de Custo de Viagem**, Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

OXINALDE, Miguel Del R. **Ecoturismo: nuevas formas de turismo en el espacio rural**. Barcelona-Espanha: Bosch, 1994

PAGANI, M. I. et al. As Trilhas Interpretativas da Natureza e o Ecoturismo In: LEMOS, A. I. G. de. **Turismo Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PELLEGRINI FILHO, A. **A ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

PETROCCHI, M. **Turismo: Planejamento e Gestão** - São Paulo: Futura, 1998.

PINTO, A. C. B. **Turismo e Meio Ambiente: Aspectos Jurídicos**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

POÇOS, Michael. **Economical Perspectives in Tourism of Nature, Conservation and Development** - Pollution and Environmental Series of Environmental Savings. IPEA, September 1997.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Programa Nacional de Municipalização do Turismo - Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Nível Municipal. Madri-Espanha: Organização Mundial de Turismo, 1994.

REQUENA & AVILÉS **Turismo Rural e Desenvolvimento Local**. Parte 1 - "Comercializar um turismo rural de qualidade". Em Caderno Leader Magazine nº 04, outono/1993.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____.(Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____.(Org.) Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

_____.(Org.) **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

ROMEIRO, A. R., REYDON, B. P. e LEONARDI, M. L. A. **Economia do Meio Ambiente: teoria, política e a gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICAMP, IE, 1997.

ROQUE, Andréia M. e VIVAN, Antônio M. O Turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, 2000.

RUSCHMANN, Dóris **Turismo e Planejamento Sustentável** – A proteção do meio ambiente. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1999.

SALES, Teresa. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SECRETARIA quer reabilitar bacia leiteira do Estado. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 jan. 2000. Disponível em <<http://www.jc.uol.com.br>>. Acesso em 27 dez. 2001.

SENE, E. e MOREIRA, J. C. **Geografia: Espaço Geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1998.

SILVEIRA, Marcos A. T. da. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Política de Turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

SWARBROOKE, John **Turismo Sustentável: gestão e marketing**, vol. 4, São Paulo: Aleph, 2000.

_____. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**, vol. 1, São Paulo: Aleph, 2000.

TOMAS, Pere A. S. I. *Las Implicaciones Socioculturales del Turismo en el Mar Mediterráneo*. In: LEMOS, Amália I. G. de (org.) **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRIGO, Luiz G. G. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**, Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ZIMMERMANN, Adonis e CASTRO, I. C. de. **Turismo Rural um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

Apêndices

Apêndice 1 – Pesquisa com hóspedes

Prezado (a) Senhor (a):

Solicitamos sua colaboração para conclusão de nossa pesquisa sobre o turismo no espaço rural. Antes de deixar a pousada, por favor, responda as seguintes questões:

1. Qual a sua residência permanente?

Município: _____

Estado: _____

2. Sexo:

Feminino Masculino

3. Estado civil:

Solteiro (a) Casado (a) Viúvo (a) Outros

4. Como viaja?

Só

em grupo (amigos, religioso, etc.)

família

Se não está só, quantas pessoas, incluindo você? _____

5. Faixa etária :

0 a 14 anos

15 a 19 anos

20 a 29 anos

30 a 39 anos

40 a 49 anos

50 a 59 anos

acima de 60 anos

6. Grau de escolaridade:

ensino fundamental

1º grau completo

2º grau completo

2º grau incompleto

Superior completo

Superior incompleto

7. Ocupação atual: _____

8. Nível de renda:

até 5 salários mínimos

de 6 a 10 salários mínimos

acima de 10 salários mínimos

9. Quantos dias permaneceu no município?

_____ dias

10. Qual sua despesa total (em reais)?

Com a viagem _____

Na pousada _____

Na cidade _____

11. Qual o meio de transporte utilizado para chegar à cidade?

Ônibus () Automóvel () Outros () Qual?

12. Tem envolvimento com alguma organização ou projeto para preservação ambiental?

() Não () Sim

Qual? _____ Que tipo de envolvimento?

13. Que espécie de estabelecimento mais lhe agrada?

() hotel () resorts () fazenda-hotel () albergue
() pousada () camping () hotel-fazenda () outros

14. Acha necessário que a pousada ofereça serviços turísticos?

() Não () Sim

Se respondeu afirmativamente, relacione os serviços que considera mais necessários

15. O que mais lhe agrada no espaço rural?

16. Qual o motivo que o (a) trouxe aqui?

() trabalho () saúde () turismo () curiosidade
() esportes () religião () lazer () outros

Cite:

12. Como classifica, de uma forma geral, as instalações da pousada?

() ótimas () boas () regulares () ruins

13. É a primeira vez que visita o local?

() Não () Sim

Se respondeu negativamente, quantas vezes esteve aqui?

Quais os motivos que o (a) fizeram retornar?

Quais motivos o (a) levariam a não retornar mais?

Se respondeu afirmativamente:

Retornaria a este local?

Sim

O que considera fundamental para sua volta?

Não

Por que?

14. Como tomou conhecimento do local?

televisão

sugestão de amigos

rádio

jornal

folder

sugestão de agentes de viagem

internet

outros. Cite

15. O encontrado correspondeu à propaganda?

16. Qual a sua primeira impressão ao chegar aqui?

17. Já foi a outro local que oferece o turismo rural?

Não

Sim

Retornou?

Não

Sim

Por que?

18. Na sua opinião, o que é essencial na atividade do turismo rural?

Agradecemos sua colaboração

Apêndice 2 – Inventário da oferta

Inventário da oferta

1. infra-estrutura turística
 1.1 equipamentos e serviços turísticos
 1.2 meios de hospedagem

a) tipologia

hotel	()	colônia de férias	()
motel	()	hotel-fazenda	()
pousada	()	fazenda-hotel	()
albergue	()	camping	()

b) Identificação:

Nome: _____
 Razão social: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cep: _____
 Fone: _____ Fax: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 Distância do centro: _____
 Pessoa responsável: _____

c) Volume

Unidade habitacional – UH (quantidade)
 Apartamentos () chalés ()
 Quartos () toilettes ()
 Total de leitos ()

d) Equipamentos na área comum

Televisão
 Vídeo
 Música ambiente
 Equipamento contra incêndio
 Gerador
 Acesso a deficientes físicos
 Telefone para uso do hóspede
 Lareira

Sim	Não

e) Infra-Estrutura:

Bar
 Restaurante
 Portaria/recepção
 Salão de jogos e/ou ginástica

Sim	Não

Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com representantes de Prefeitura

Poder Público

1. Quais os tipos de turismo que poderiam ser desenvolvidos no seu município e que necessitam de planejamento?
2. Qual a posição do município em relação ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo? *(o município será considerado pelo PNMT como de interesse turístico quando as ações básicas do PNMT – Conselho Municipal de Turismo, Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável e Fundo Municipal de Turismo, estiverem cumpridas).*
3. O município já tem elaborado o seu Plano Diretor? Nele estão contidos o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo e o Plano de Zoneamento?
4. Existe alguma política ou plano de desenvolvimento turístico, nacional ou regional, que inclui o município?
5. Qual a origem da mão-de-obra que trabalha com turismo?
6. Há recursos financeiros para programas destinados a treinamento?
7. Como o desenvolvimento de recursos humanos está proposto no plano turístico? (Se houver)
8. Qual a contribuição da prefeitura para o desenvolvimento do turismo rural no município?
9. Existe cadastramento das fazendas, chácaras, sítios, etc. para desenvolverem esta atividade?
10. As atividades culturais são:
() inexpressivas () precárias () intensas () expressivas
11. Existem problemas socioculturais e ambientais resultantes do turismo?
12. De que forma têm sido evitados ou atenuados?
13. Quais os benefícios econômicos conquistados ou esperados com a atividade turística?
14. Quais os custos e benefícios socioambientais com o plano de desenvolvimento turístico?
15. Quem recebe os benefícios?
16. Quem arca com os custos?
17. Qual segmento da sociedade está em condições de pagar pela preservação e pela proteção do meio ambiente?
18. Qual o custo econômico para prevenir a degradação ambiental?
19. Qual a vantagem competitiva do seu município?
20. Existe uma análise da demanda turística do município?
21. Que estratégias de marketing são utilizadas para atrair essa demanda?

Observações:

Fundo de Desenvolvimento Municipal

O poder público local deverá elaborar e aprovar lei criando o Fundo de Desenvolvimento Municipal, estabelecendo sua estrutura, qualidade e quantidade dos aportes de recursos, que poderão ser provenientes de transferência de parte da receita orçamentária do município, doações de terceiros de qualquer natureza, outros recursos disponíveis, inclusive de organismos nacionais e internacionais.

Fundo Municipal de Turismo

Criado por lei municipal, administrado pelo Conselho Municipal de Turismo, visa à concentração de recursos de várias procedências, objetivando promover a consolidação ou o desenvolvimento da atividade turística no município.

Conselho Municipal de Turismo

Criado por lei municipal, consiste em órgão local para conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter consultivo e deliberativo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico municipal, propondo diretrizes que deverão ser contempladas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Plano de Desenvolvimento Turístico

Conjunto de medidas, de tarefas e de atividades por meio das quais se pretende atingir as metas, o detalhamento e os requisitos necessários para a ordenação e a exploração de áreas com potencialidade turística.

Plano Diretor

Instrumento básico da política de desenvolvimento e de planejamento urbano municipal, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Anexos

Anexo 1 – Lei 8.181 de 28/03/1991

Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991

Dá nova denominação - Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, autarquia especial, criada nos termos do Art. 11 do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, passa a denominar-se EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

Parágrafo único - a EMBRATUR tem sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º - A EMBRATUR tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.

Art. 3º Compete à EMBRATUR:

I - propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas;

II- estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e do exterior para o Brasil;

III - promover e divulgar o turismo nacional, no País e no Exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos no território brasileiro;

IV- analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;

V- fomentar e financiar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria de turismo, controlando e coordenando a execução de projetos considerados como de interesse para a indústria do turismo;

VI- estimular e fomentar a ampliação, diversificação reforma e melhoria da qualidade da infra-estrutura turística nacional; -

VII- definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar os projetos de empreendimentos turísticos que sejam financiados ou incentivados pelo Estado;

VIII - inventariar, hierarquizar e ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação, de acordo com a Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977;

IX - estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;

X - cadastrar as empresas, classificar os empreendimentos dedicados às atividades turísticas e exercer função fiscalizadora, nos termos da legislação vigente;

XI - promover, junto às autoridades competentes, os atos e medidas necessários ao desenvolvimento das atividades turísticas, à melhoria ou ao aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas e à facilitação do deslocamento de pessoas no território nacional, com finalidade turística;

XII - celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas ou privadas nacionais, estrangeiras e internacionais, para a realização dos seus objetivos;

XIII - realizar serviços de consultoria e de promoções destinados ao fomento da atividade turística;

XIV - patrocinar eventos turísticos;

XV - conceder prêmios e outros incentivos ao turismo;

XVI- participar de entidades nacionais e internacionais de turismo.

§ 1º - São transferidos para a EMBRATUR o acervo documental, as atribuições e competências do extinto Conselho Nacional de Turismo - CNTur.

§ 2º - A liberdade do exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, nos termos do Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, não excluem a sua fiscalização nem a obrigatoriedade de prestar as informações necessárias à organização do cadastro a que se refere o inciso X deste artigo.

§ 3º - Os convênios celebrados com órgãos da Administração Pública poderão dispor sobre a transferência de atribuições para o exercício de atividades relacionadas às finalidades da EMBRATUR, em especial as funções de fiscalização e arrecadação de suas receitas.

Art. 4º - A EMBRATUR será administrada por um Presidente e três Diretores, nomeados, respectivamente, pelo Presidente da República e pelo Secretário do Desenvolvimento Regional e demissíveis *ad nutum*.

Art. 5º - O provimento de cargos ou empregos do Quadro Permanente do Pessoal da EMBRATUR será feito mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos ou funções de confiança, de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - O Presidente da República, à vista de proposta do Secretário do Desenvolvimento Regional, poderá autorizar a contratação de profissionais especializados para atender necessidades temporárias de excepcional interesse para os serviços da Autarquia.

§ 2º - A proposta do Secretário do Desenvolvimento Regional justificará a necessidade da contratação, indicará o número dos profissionais a serem contratados, os critérios de escolha, o prazo de duração dos contratos, que não será superior a doze meses, o montante das despesas e a disponibilidade de recursos.

Art. 6º- - Constituem recursos da EMBRATUR:

I - dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União;

- II - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades;
- III - rendas de bens patrimoniais ou o produto da sua alienação na forma da legislação pertinente;
- IV - empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações;
- v - transferências de outros órgãos da Administração Pública Federal;
- VI - resultados de aplicações financeiras, na forma da legislação pertinente;
- VII - remuneração de serviços provenientes de financiamentos;
- VIII - produto de multas decorrentes do exercício da fiscalização;
- IX - outras receitas eventuais.

Art.7º- São extensivos à EMBRATUR os privilégios processuais da Fazenda Pública, em especial os relativos à cobrança dos seus créditos, custas, prazos, prescrição e decadência.

§ 1º As importâncias devidas à EMBRATUR, a qualquer título, inclusive penalidades, não pagas nos prazos estabelecidos, serão atualizadas na data do efetivo pagamento de acordo com o índice da variação da Taxa Referencial Diária - TRD e cobrados com os seguintes acréscimos:

- a) juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento, calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais;
- b) multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento, se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente àquele em que deveria ter sido feito;
- c) encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, que será reduzido para dez por cento, se o pagamento for efetivado antes do ajuizamento da execução.

§ 2º - Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

§ 3º - Os débitos com a EMBRATUR, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa pelo valor da Taxa Referencial Diária -TRD

§ 4º - Em casos excepcionais, observados os critérios fixados na legislação tributária, poderá o Presidente da EMBRATUR autorizar o parcelamento de débitos.

Art. 8º - O inciso II do art. 5º da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º -

II - multa de valor equivalente a até Cr\$ 391.369,57 (trezentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros e cinquenta e sete centavos)....."

Art. 9º - O inciso I do art. 24 da Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 -".

I - multa de valor equivalente a até Cr\$ 782.739,15 (setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e quinze centavos)....."

Art. 10 - O caput do art. 16 do Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - O funcionamento e as operações do FUNGETUR observarão os seguintes princípios:....."

Art. 11 Os salários dos servidores da EMBRATUR serão reajustados nas mesmas épocas e condições dos reajustamentos concedidos aos servidores públicos.

Art. 12 - Os atuais Presidente e Diretores da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR ficarão investidos, na data da publicação desta Lei, em iguais cargos da Autarquia.

Art. 13 - Fica ratificado o Fundo Geral de Turismo - FUGENTUR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de Outubro de 1971, nos termos do disposto no art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 14 - O Regimento Interno da EMBRATUR, aprovado pelo Secretário do Desenvolvimento Regional, disporá sobre a organização e o funcionamento da Autarquia, bem como sobre a competência e as atribuições do Presidente e dos Diretores e de suas substituições nos casos de vacância, ausências ou impedimentos.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se o Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, o § 2º do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, o § 2º do art. 5º e o art. 9º da Lei nº 6.605, de 13 de dezembro de 1977, o § 2º do art. 25 da Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, o parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de março de 1991;

170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
JARBAS PASSARINHO

(Publicado no Diário Oficial da União de 1 de abril de 1991, Seção I - págs. 5765/6)

Anexo 2 – Decreto 448 de 14/02/1992

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Decreto Nº 448, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1992

Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - A Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.

Art. 2º - A Política Nacional de Turismo observará as seguintes diretrizes no seu planejamento:

I- a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País;

II- a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico.

Art. 3º - A Política Nacional de turismo tem por objetivo:

I- democratizar o acesso ao Turismo Nacional pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo:

II- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

III - aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional;

IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento;

V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais;

VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;

VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Art. 4º - O Poder Público atuará, através de apoio técnico e financeiro, no sentido de consolidar a posição do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, de forma a reduzir o desequilíbrio existente entre as distintas regiões do País.

Art. 5º - À Iniciativa privada caberá a prestação dos serviços turísticos, devendo o Governo Federal apoiar essa atividade, bem assim exercer ações de caráter supletivo.

Art. 6º - Os projetos de empreendimentos, obras ou serviços específicos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo, previsto no inciso V do artigo 3º da Lei nº 8.181, de 1991, ficam equiparados aos de instalação e ampliação de indústria para efeito de acesso a financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais, obtenção de incentivos do Estado, bem como outras vantagens concedidas ao setor industrial.

Art. 7º - As entidades oficiais de crédito e agências de desenvolvimento regional, observadas quanto a estas os planos regionais de desenvolvimento, deverão submeter, previamente, à aprovação da EMBRATUR os projetos de empreendimentos, obras ou serviços que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo por elas financiados.

Parágrafo único - As entidades referidas, bem assim as que concedam incentivos ou estímulos ao turismo, deverão firmar convênios com a EMBRATUR a fim de operacionalizar o disposto no "caput" deste artigo, conforme o inciso VII do artigo 3º da Lei nº 8.181, de 1991.

Art. 8º - O funcionamento e as operações creditícias e financeiras do Fundo Geral do Turismo - FUGENTUR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, alterado pelo Decreto -Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, serão regulados pela EMBRATUR, observadas as diretrizes gerais da política monetária nacional.

Art. 9º - As atividades, planos, programas e projetos que envolvam atividade turística, desenvolvida por órgãos ou entidades da Administração Federal, deverão ser objeto de consulta prévia à EMBRATUR.

Art. 10 - A EMBRATUR utilizará, mediante delegação ou convênio, os serviços das representações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil, no exterior, para a execução de suas tarefas de divulgação e informações turísticas nacionais, bem como para a prestação de assistência turística aos que dela necessitarem.

Parágrafo único - O Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria do Desenvolvimento Regional firmarão convênio com o objetivo de viabilizar a integração operacional de que trata o "caput" deste artigo, bem assim o fomento da oferta turística e o intercâmbio tecnológico.

Art. 11 - Os órgãos e entidades públicos, cujas atribuições estejam ligadas à pesquisa e compilação de dados sobre o fluxo de viajantes e o uso de serviços e equipamentos turísticos, deverão fornecer informações à EMBRATUR, quando solicitados, para fins de estatísticas, análise e planejamento turístico.

Art. 12- As entidades do Governo Federal que controlam e administram parques nacionais, bens patrimoniais e culturais com valor turístico, deverão firmar convênio com a EMBRATUR visando a seu aproveitamento turístico, respeitadas as normas de proteção e preservação.

Art. 13- Fica a EMBRATUR autorizada a criar um Conselho Consultivo com a finalidade de cooperar com a sua Direção, da Política Nacional de Turismo, e quanto às soluções

para os diversos aspectos institucionais, estruturais e conjunturais, tanto no que diz respeito ao Poder Público quanto à iniciativa privada.

Parágrafo Único - A composição, atribuições e o funcionamento do Conselho Consultivo de Turismo - CONTUR serão definidos pela EMBRATUR, levando em conta a participação dos setores turísticos, de bens patrimoniais, culturais e ambientais, através de representantes indicados pelas respectivas entidades de cada categoria, considerando-se a referida representação como serviço público relevante não remunerado.

Art. 14 - O Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, no âmbito de suas respectivas competências, observadas as normas pertinentes, apoiarão técnica e financeiramente as iniciativas, planos e projetos da EMBRATUR que visem à formação e ao aperfeiçoamento da mão-de-obra para o setor turismo.

Parágrafo único - As entidades de iniciativa privada poderão participar, na forma do "caput" deste artigo, de todas as ações e implementações que visem à formação e à especialização da mão-de-obra para o setor.

Art. 15- Os órgãos federais que tenham interferência direta ou indireta na movimentação dos fluxos turísticos internacional e nacional ou na comercialização do produto turístico dentro e fora do País, deverão, quando solicitados pela EMBRATUR, adotar medidas e procedimentos que facilitem as referidas ações.

Parágrafo único - A EMBRATUR celebrará convênio com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, visando adotar os critérios necessários à racionalização e desregulamentação dos serviços oferecidos aos turistas.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

JARBAS PASSARINHO

(Publicado no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 1992, Seção I, Págs. 1901/02.)